

RELATÓRIO E CONTAS

2015



tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt

25 ANOS

CASCAIS MAFRA OEIRAS SINTRA

4 Municípios 31 Freguesias 844.468 Habitantes 396.043t RU/Ano



CASCAIS



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1. A EMPRESA	8
1.1. A TRATOLIXO, E.I.M., S.A.	9
1.2. Dimensão da Organização	11
1.3. Curriculum Vitae dos Administradores	12
1.4. Composição dos Órgãos Sociais	17
1.5. Organização da Empresa	18
2. INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES	21
2.1. Ecoparque da Abrunheira	22
2.1.1. Central de Digestão Anaeróbia	23
2.1.2. Células de Confinamento Técnico	24
2.1.3. ETARI da Abrunheira	27
2.2. Ecoparque de Trajouce	28
2.2.1. Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos	28
2.2.2. Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem	30
2.2.3. Central de Triagem de Papel/Cartão	31
2.2.4. Ecocentro de Trajouce	32
2.3. Ecocentro da Ericeira	33
3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2015	34
3.1. Recepção de Resíduos	35
3.2. Tratamento e Valorização	40
3.3. Missão, Visão e Política Integrada	46
3.4. Planeamento Estratégico	47
3.5. Sistema Integrado de Gestão	48
3.6. Licenciamentos e Requisitos Legais	49
3.7. Monitorização de Processo e Produto	50
3.8. Comunicação e Imagem	52
3.9. Gestão de Pessoas	56
4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	62
5. PERSPECTIVAS PARA 2015	71
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	73
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	76
8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	127
9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	131





**AGIMOS PARA
SALVAGUARDAR
O FUTURO!**

**MENSAGEM
DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



Sobre o ano de 2015 pode-se afirmar, sem hesitação, que foi um ano em que se colheram os frutos plantados por esta Administração. Não obstante a situação económica adversa, a qual agravou a situação financeira da empresa e fez suspender investimentos estratégicos, o plano de acção desta Administração, cujas funções se iniciaram em Fevereiro de 2014, foi bem sucedido.

A Administração congratula-se por, em tempo célere (menos de dois anos), e apesar das difíceis condições encontradas na empresa aquando da sua tomada de posse – recentemente saída de um Processo Especial de Revitalização (PER), terminado em Julho de 2013 – ter conseguido implementar, com sucesso, uma estratégia assente no novo modelo técnico sustentável e num plano de racionalização de custos e internalização de serviços, que permitiu concluir e assinar vários contratos financeiros com a Banca, conducentes ao perdão e reestruturação da dívida do Project Finance.

Para tal há que realçar o acompanhamento e apoio que o accionista AMTRES e de todos os senhores Presidentes de Câmara Municipal do Sistema nesta estratégia, o que permitiu maior solidez na gestão praticada.

Com a estratégia implementada, conseguiu-se, durante o ano de 2015, concluir e assinar vários contratos financeiros com a Banca conducentes ao perdão e reestruturação da dívida do *Project Finance*.

Desta forma foi possível liquidar nos últimos dois anos uma parte substancial das dívidas existentes para com os fornecedores da empresa, em cerca de 16M€. Verificou-se ainda uma redução dos custos operacionais, devido à gestão rigorosa adoptada contribuiu criteriosamente para estas ocorrências positivas. De referir também que a empresa melhorou em eficiência e método os procedimentos administrativos e o cumprimento de todos os requisitos legais na área do aprovisionamento.

Neste domínio e graças a um esforço conjunto, assinalam-se como principais medidas implementadas os cortes efectuados em contratos e serviços externos, a internalização de serviços, o lançamento de novos procedimentos concursais e a redução promovida nas despesas correntes e de pessoal, não esquecendo a fundamental colaboração dos Municípios integrantes do Sistema no que ao pagamento periódico e regular das suas facturas diz respeito.

Há, no entanto, outros factos positivos a salientar na gestão operada no ano de 2015.

Com a publicação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos para o período 2014-2020 (PERSU 2020), cabia aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) operacionalizar no terreno as medidas necessárias ao cumprimento das metas e objectivos estipulados neste documento estratégico.

Aliando as intervenções previstas no seu Modelo Estratégico com as responsabilidades determinadas pelo PERSU 2020 para o Sistema AMTRES, foi, assim, elaborado o Plano de Acompanhamento do PERSU 2020 (PAPERSU) da TRATOLIXO, documento que mereceu a aprovação da autoridade nacional de resíduos – APA – em Junho de 2015, tendo sido considerado por esta entidade como “...adequado face à visão, metas, e objectivos estabelecidos no PERSU 2020”.

Este passo é de extrema importância, pois a aprovação deste documento era condição obrigatória para garantir à TRATOLIXO a possibilidade de se candidatar a financiamento de fundos comunitários.

O que se veio a concretizar, no âmbito da publicação, a 31 de Julho de 2015, do Aviso de Abertura de candidaturas do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) relativo à “Promoção da Reciclagem Multimaterial e Orgânica de Resíduos Urbanos” e com a preparação de uma candidatura adequada às necessidades do modelo estratégico da empresa.



2015
FOI UM ANO EM QUE SE
COLHERAM OS FRUTOS
PLANTADOS POR ESTA
ADMINISTRAÇÃO

A empresa lançou um concurso público internacional para uma “Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem de Trajouce” no mês de Janeiro de 2016, que foi devidamente preparada em 2015. Para o efeito submeteu dentro do prazo estipulado uma candidatura ao POSEUR para financiamento desta empreitada, aguardando agora a decisão da Autoridade de Gestão do POSEUR.

Esta empreitada é um factor crítico de sucesso para assegurar a independência operacional da TRATOLIXO face ao exterior para o tratamento dos resíduos de embalagem de recolha selectiva do Sistema AMTRES, permitindo desta forma a redução de custos de tratamento, obter ganhos ambientais, maior eficiência e acima de tudo, cumprir os objectivos e requisitos do PERSU 2020.

É também de evidenciar a obtenção do alvará para a realização das operações de gestão de resíduos no Ecoparque de Trajouce, um processo longamente aguardado desde 2006 e importantíssimo para garantir a devida habilitação – e conformidade legal – da TRATOLIXO no que respeita ao exercício da sua actividade.

No domínio operacional propriamente dito, verificou-se pela primeira vez desde 2009, um aumento na recepção de resíduos para tratamento, o que aliado ao bom desempenho das várias instalações, permitiu uma maior recuperação de recicláveis, produção de composto e de energia eléctrica.

Neste último caso, é de referir mais uma vez os extraordinários resultados obtidos relativamente à produção de energia eléctrica na Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira, que com 23 GWh continua a exceder largamente a previsão de produção do tecnólogo e a garantir proveitos muito significativos para a empresa que permitiram os resultados históricos positivos de 3,3M€ neste ano.

Sobre o funcionamento das infra-estruturas, destaca-se também a aposta séria e criteriosa num plano de manutenção preventiva e correctiva nas instalações da CDA do Ecoparque da Abrunheira implementada no período de Setembro a Dezembro, e acompanhada com a admissão de recursos humanos dedicados no final do ano, o que viabilizou uma substancial redução nos respectivos custos operacionais. Igualmente a Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI) da Abrunheira, foi objecto de melhorias e intervenções técnicas adequadas à melhoria de resultados no tratamento do efluente produzido na CDA, evitando custos com tratamento externo do mesmo.

As Células de Confinamento Técnico (CCT) da Abrunheira, após um complexo processo que levou à interrupção, em 2011, da respectiva empreitada, viu a situação solucionar-se através de um novo concurso público internacional que culminou com a adjudicação e início das respectivas obras a 14 de Setembro de 2015, facto que também é muito relevante para a prossecução da estratégia da empresa e para a independência e autonomia do Sistema no que diz respeito ao encaminhamento para destino final dos rejeitados dos seus processos.

No que diz respeito ao Plano de Reabilitação Ambiental do Ecoparque de Trajouce (PRAET), foi também possível dar continuidade aos respectivos trabalhos, que pretendem sanar uma situação ambiental antiga na empresa, dando continuidade a um processo que não só melhora as condições de sustentabilidade ambiental no Ecoparque de Trajouce como segue um processo validado pela CCDR-LVT e APA com uma elevada economia de custos.

De todas estas conquistas – e muitas mais que não foram aqui referidas – esta Administração orgulha-se e felicita a todos os que nelas participaram, reconhecendo o esforço das suas equipas e colaboradores que, nas mais diversas áreas, deram o seu esforço como prova de empenho na revitalização desta empresa que prossegue uma posição mais relevante no sector dos resíduos ao nível nacional.

Trata-se de um sucesso colectivo que almeja um único propósito: virar a página de um período conturbado e procurar cumprir a sua missão de um serviço público de excelência prestado por esta empresa, que já ultrapassou em 2015 um quarto de século de existência em actividade no sector.

O Presidente do Conselho de Administração



João Carlos Dias Coelho



1. A EMPRESA

1 A EMPRESA

1.1. A TRATOLIXO EIM, SA

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

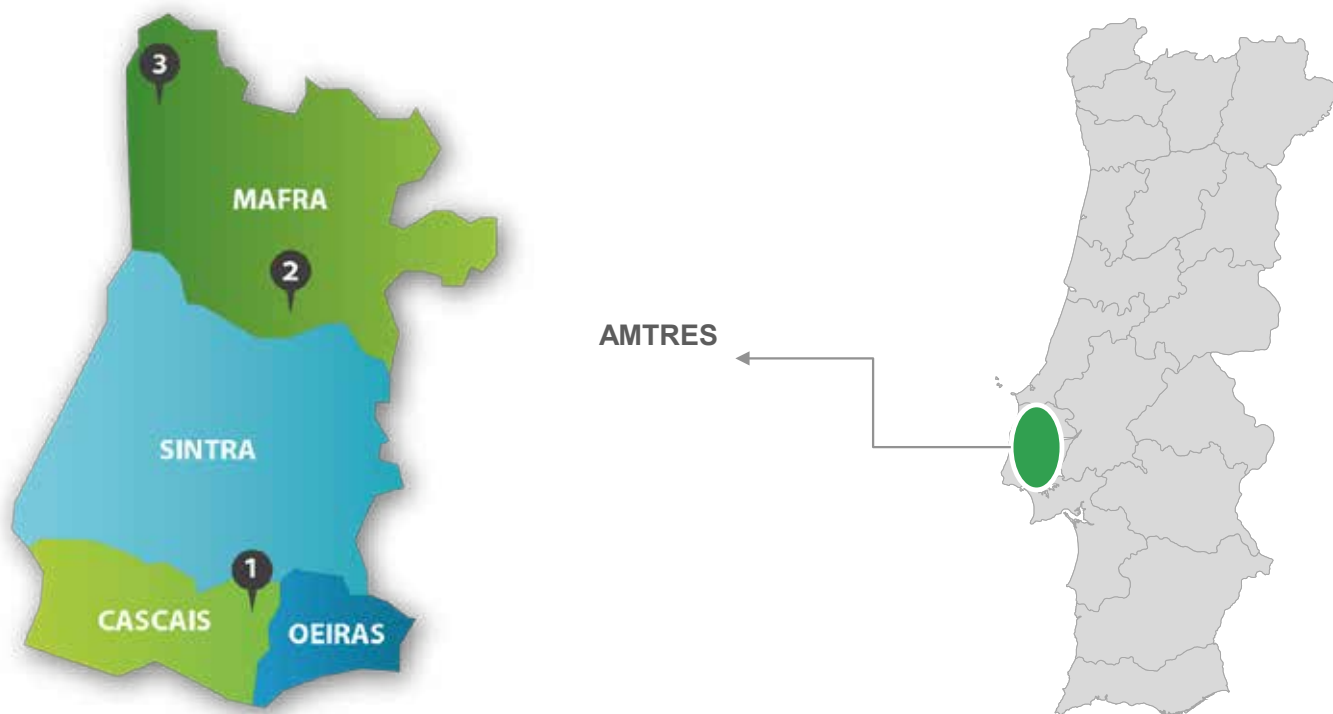
A origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO foi constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

Em 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o Sistema alcançado a configuração que mantém até hoje.



A TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de mais de 840.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

Concelho	População *(hab.)	Capitação (kg/hab.dia)**	Produção RU 2015 ***(t)
Cascais	209.376	1,683	128.625
Mafra	81.199	1,274	37.757
Oeiras	172.959	1,155	72.935
Sintra	380.934	1,127	156.726
Sistema AMTRES	844.468	1,285	396.043

*Estimativa intercensitária do INE referente ao ano de 2014

** Dados de produção relativos a 2015

*** Corresponde à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com 25 anos de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) – ainda em fase de construção – e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



Localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RSU e todas as unidades da empresa.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade – e pela OHSAS 18001 / NP 4397:2008 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e desde 2013, no caso da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira, encontra-se também certificada segundo a norma da NP EN ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RSU numa óptica de sustentabilidade.

1.2. Dimensão da Organização



Dimensão da Organização

1.3 Curriculum Vitae dos Administradores





**JOÃO CARLOS DA SILVA
BASTOS DIAS COELHO**

Data de Nascimento:
26 de Janeiro de 1963

Habitações Literárias

- Licenciatura em Direito
Universidade de Lisboa
- Diploma de Estudos Avançados em Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa
- Diploma de Gestão Avançada em Recursos Humanos
Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa
- Curso de Especialização em Finanças Empresariais
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Pós-Graduação com Especialização em Direito do Trabalho
Universidade Lusíada de Lisboa

Experiência Profissional

Desde Fev. 2014	TRATOLIXO, E.I.M. Presidente do Conselho de Administração
2010/2014	TRATOLIXO, E.I.M. Vogal do Conselho de Administração
2010/2012	RNAE - Associação Nacional de Agências de Energia Presidente do Conselho Fiscal
2008/2010	Agência Municipal de Energia - "Agência Cascais Energia" Administrador
2007/2009	Comissão de Acompanhamento da Nova ETAR de Beneficiação do Sistema Intermunicipal e Saneamento da Costa do Estoril SANEST, S.A. Coordenador
2003/2007	SANEST, S.A.- Saneamento da Costa do Estoril, S.A., Grupo AdP Administrador
2002/2005	Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de Concessão e Prestação de Serviços respeitantes à SUMA, S.A. e Águas de Cascais, S.A. - Município de Cascais Coordenador
	Jurista, exercendo consultadoria na área do Ambiente, Direito Administrativo e Ordenamento do Território
2000/2003	Comissão Intergovernamental Mista para a Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais Membro
1995/2002	Consultor e Assessor Técnico Parlamentar
1995/1998	Câmara Municipal de Cascais Vereador
1994/1997	Serviços Municipais de Água e Saneamento do Município de Cascais Administrador
1995	Consultor do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Educação
1993	Formador do Instituto de Emprego e Formação Profissional
1991/1992	Adjunto do Secretário de Estado da Presidência e da Juventude
1987/1991	Direcção Geral de Recursos Naturais Director de Projecto Nacional de Educação Ambiental
1986/1987	Consultor do Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais

**ANA ISABEL
NEVES DUARTE**

Data de Nascimento:
9 de Outubro de 1976

Habitações Literárias

- Licenciatura em Gestão de Empresas
ISLA
- Frequência da Licenciatura em Engenharia Civil
IPA-Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos
- Pós Graduação em Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Turismo
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Pós Graduação sobre Direito da Contratação Pública - Direito Internacional e Europeu, Direito Nacional e Concorrência
Faculdade de Direito da universidade de Lisboa

Experiência Profissional

Desde Fev. 2014	TRATOLIXO, E.I.M. Vogal do Conselho de Administração
Desde 2009	Centro de Ciência Viva de Sintra Presidente do Conselho Fiscal
2013	SMAS de Sintra Vogal do Conselho de Administração
2009/2013	Câmara Municipal de Sintra Vereadora Departamento de Administração Financeira e Patrimonial, Departamento de Contratação Pública, Gabinete Municipal de Auditoria, Participações Municipais e Assuntos Metropolitanos e Comunitários, Gabinete Médico-Veterinário.
2011/2013	EMES, E.M. Presidente do Conselho de Administração
2009/2013	Cultursintra Vogal Conselho de Administração
2009/2010	CacémPolis Membro da comissão liquidatária
2008/2010	EMES Vogal Conselho de Administração
2007/2009	Câmara Municipal de Sintra Chefe de Divisão do Planeamento Financeiro em acumulação com a coordenação do Gabinete de Coordenação das Participações Municipais. Posteriormente exerceu ainda funções de Coordenadora do Gabinete de Revisão do Plano Director Municipal de Sintra.
2001/2007	Câmara Municipal de Sintra Técnico
2000/2001	Calcom Técnico de contabilidade

**ANTÓNIO RICARDO
HENRIQUES DA COSTA
BARROS**

Data de Nascimento:
7 de Outubro de 1971

Habitações Literárias

- Licenciatura em Engenharia de Sistemas Decisionais
COCITE-Cooperativa de Ensino Superior
- Frequência da Licenciatura em Gestão de Ambiente e Ordenamento do Território
Universidade Atlântica

Experiência Profissional

Desde Fev. 2014	TRATOLIXO, E.I.M. Vogal do Conselho de Administração
Desde 2009	Câmara Municipal de Oeiras Vereador Administração, Modernização Administrativa e Qualidade; Recursos Humanos; Tecnologias e Sistemas de Informação; Higiene Pública e Abastecimento; Educação/Sensibilização Ambiental; Oficinas, Viaturas e Máquinas; Saúde Pública e Veterinário; Ambiente: Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana.
2013	SIMAS de Oeiras e Amadora –Serviços Intermunicipais de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora Administrador em representação do Município de Oeiras
2010/2013	AMTRES -Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos Membro do Conselho Directivo em representação do Município de Oeiras
2010	Membro da Assembleia Intermunicipal da LEMO – Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras, E.I.M. S.A.
2010	Membro da Assembleia Intermunicipal da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos
2008/2009	Membro da Comissão de Acompanhamento da ETAR – Beneficiação do Sistema Multimunicipal do Saneamento da Costa do Estoril, em representação do Município de Oeiras, junto da SANEST, SA – Saneamento da Costa do Estoril
2008	Associação Oeiras Mais à Frente (associação cívica) Membro da Direcção
2005/2009	Presidente da Junta de Freguesia de Queijas
2001/2009	Inregis, Lda. Director Geral
1997/2001	Regislitom S.A. Director Técnico
1992/1997	Dezmega Lda. Director Comercial e de Marketing
1991/1993	Rumos, S.A. Monitor de cursos de ambiente Microsoft (MS-DOS, Windows, Word, Excel)



**A ADMINISTRAÇÃO
ORGULHA-SE DO EMPENHO NA
REVITALIZAÇÃO DESTA
EMPRESA**



1.4 Composição dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 foi criada uma Direcção-Geral e o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos e 1 Membro Não Executivo.

A composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO é a que se apresenta de seguida.

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Secretário: José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Presidente: João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Vogal: Ana Isabel Neves Duarte

Vogal: António Ricardo Henrique da Costa Barros

Fiscal Único Efectivo

KRESTON & Associados – SROC, Lda., representada por Hélder Palma Veiga, ROC.

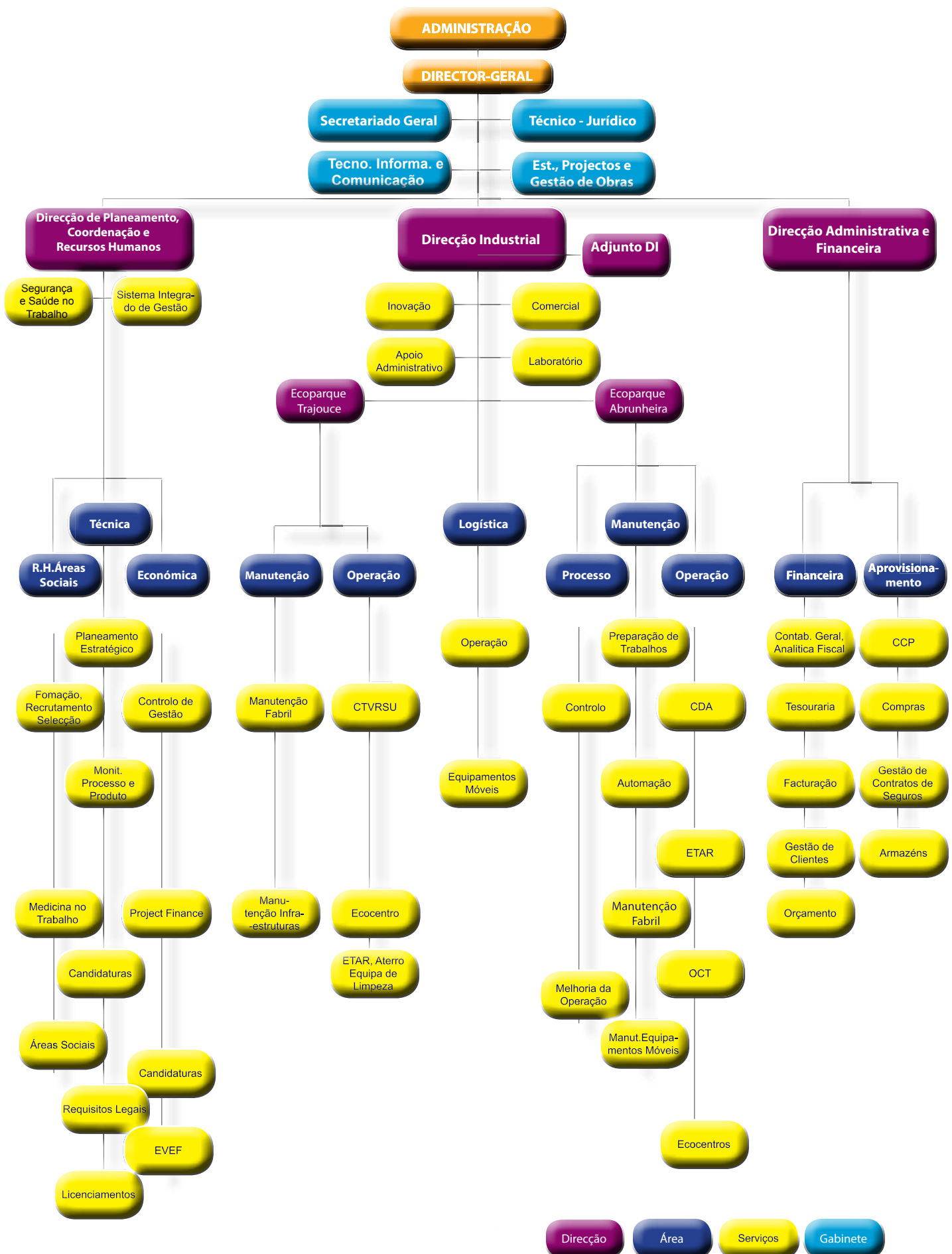
Fiscal Único Suplente

João José Lopes da Silva, ROC



1.5 Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte actualizado em 20 de Março de 2013:





A photograph of a large, modern building with a yellow and green facade. The building has a red vertical pipe on the right side. A worker in a high-visibility vest is walking in the foreground. The sky is blue. The text "2. INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES" is overlaid on the image.

2. INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES

2. Infra-estruturas existentes

De modo a realizar adequadamente e sob os princípios da sustentabilidade a gestão dos resíduos produzidos na sua área de intervenção, a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade em várias instalações de recepção e tratamento de resíduos que se distribuem por dois Ecoparques e um Ecocentro.

2.1. Ecoparque da Abrunheira

O Ecoparque da Abrunheira está localizado no Município de Mafra, freguesia de S. Miguel de Alcaíça.

Este Ecoparque é constituído por uma Central de Digestão Anaeróbia (CDA), um Ecocentro, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETA-RI) e Células de Confinamento Técnico (CCT), tendo à sua disposição a mais recente tecnologia existente no domínio do tratamento de resíduos urbanos.

A CDA e a ETARI foram co-financiadas pelo Fundo de Coesão.

Neste momento, encontram-se ainda em construção as CCT.



2.1.1. Central de Digestão Anaeróbia

A CDA da Abrunheira é uma unidade de tratamento de resíduos urbanos que recorre ao processo de digestão anaeróbia.

Neste processo, parte da matéria biodegradável é transformada em biogás – gás essencialmente constituído por metano, que é um gás combustível – e numa lama digerida.

O gás é aproveitado e transformado em energia eléctrica, sendo posteriormente injectada na Rede Eléctrica Nacional (REN). A lama digerida é estabilizada por compostagem, dando origem a composto que pode ser utilizado em culturas agrícolas arbóreas e arbustivas.

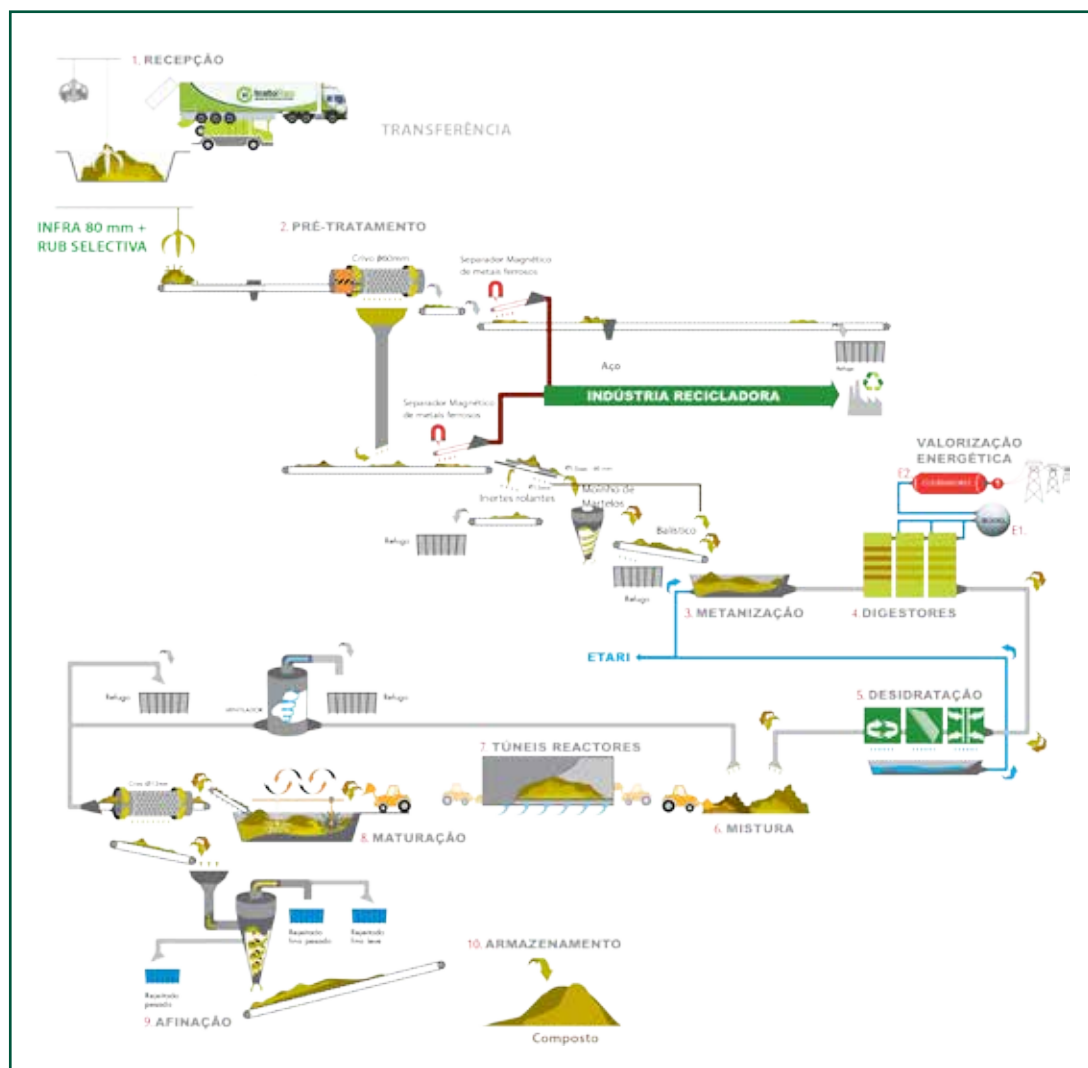
Foi construída com financiamento do Fundo de Coesão e a sua recepção provisória foi assinada em Novembro de 2012.

Esta unidade tem uma capacidade de tratamento biológico por digestão anaeróbia de 75.000 t/ano sendo, à data, a maior do género no país.



**A CDA TEM UMA
CAPACIDADE DE
TRATAMENTO
BIOLÓGICO
POR DIGESTÃO
ANAERÓBIA
DE 75.000 T/ANO
SENDO, À DATA, A MAIOR DO
GÉNERO NO PAÍS**

O seu funcionamento resume-se esquematicamente na figura seguinte.



2.1.2. Células de Confinamento Técnico (CCT) (em construção)

Actualmente a TRATOLIXO encontra-se dependente do exterior para proporcionar um destino final adequado aos rejeitados dos seus processos de tratamento, situação que será colmatada com a finalização da construção das novas células de confinamento técnico (CCT) na Abrunheira.

As CCT serão constituídas por três células de confinamento técnico de apoio ao Sistema, que ocuparão uma área total de cerca de 11 ha.

Esta infra-estrutura permitirá, assim, garantir a sustentabilidade do Sistema AMTRES, com a redução dos custos associados ao tratamento, transporte e deposição final dos resíduos produzidos na área de intervenção da empresa.

O prosseguimento da referida empreitada sofreu várias adversidades desde o seu início em 2009, o que fez proterlar consecutivamente a data de conclusão da mesma.

A TRATOLIXO tomou posse administrativa da obra e procedeu, em 2014, ao lançamento do procedimento concursal relativo à conclusão desta empreitada, que se estima entrar em operação no último trimestre de 2016.





2.1.3. Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI)

A ETARI da Abrunheira é uma infra-estrutura co-financiada pelo Fundo de Coesão que permite a depuração das águas residuais provenientes das várias infra-estruturas e instalações de apoio existentes neste Ecoparque.

Esta infra-estrutura foi projectada para o tratamento de águas residuais com elevada carga poluente, o que exige um sistema de tratamento complexo e inovador, com recorrência a tecnologias de última geração que permitem o tratamento eficaz dos efluentes de modo a garantir níveis de qualidade que possibilitem a sua reutilização integral no circuito industrial.

O processo de tratamento da ETARI está organizado em 3 fases de tratamento distintas.

A fase de Tratamento Primário é composta por um processo de re-

moção de sólidos grosseiros, através dos processos de Gradagem Manual de Sólidos, Tamisação – separação mecânica de sólidos – e Homogeneização e Equalização – estabilização de caudais afluentes à ETARI.

A fase de Tratamento Secundário é constituída pelo tratamento biológico e pela ultrafiltração (MBR) que permite a diminuição da carga de nutrientes e estabilização das substâncias biodegradáveis presentes no efluente a uma dimensão inferior a 0,1 micron, equivalente ao tamanho de bactérias e vírus, garantindo um efluente isento de microrganismos patogénicos.

Esta fase é composta por uma etapa anóxica – Desnitrificação – uma etapa aeróbia – Nitrificação – e uma etapa de separação de fases – MBR (Membrana de micro filtração).

Por último, a fase de Tratamento Ter-

ciário, onde é efectuada a afinação, através de um processo de microfiltração (osmose inversa) do efluente de modo a que o mesmo possa ser reutilizado internamente no processo produtivo e em lavagens, retirando-lhe todos os sais minerais e metais que a mesma ainda possa conter, transformando-a assim numa água desmineralizada.

Durante as várias fases de tratamento, a carga poluente do efluente vai diminuindo significativamente, com percentagens de remoção de carga orgânica/inerte.



2.2. Ecoparque de Trajouce

Geograficamente, o Ecoparque de Trajouce está localizado no Município de Cascais, freguesia de S. Domingos de Rana.

Com uma área de 42,6 ha, é constituído pela Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS), por uma Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem, uma Central de Triagem de Papel/Cartão, pelo Ecocentro, pela Central de Valorização Energética do Biogás do Aterro Sanitário de Trajouce (CVEBAT) e pela Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).



2.2.1. Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos

A CITRS é uma unidade de tratamento mecânico (TM) com uma capacidade nominal de recepção de 150.000 t/ano de resíduos indiferenciados e uma capacidade de tratamento de 500 t/dia.

Em funcionamento desde 1991, apresentava ainda uma capacidade de tratamento biológico de 60.000 t/ano com recurso a dois parques de compostagem, correspondentes ao Tratamento Biológico (TB). No entanto, este processo foi desactivado em Dezembro de 2012.

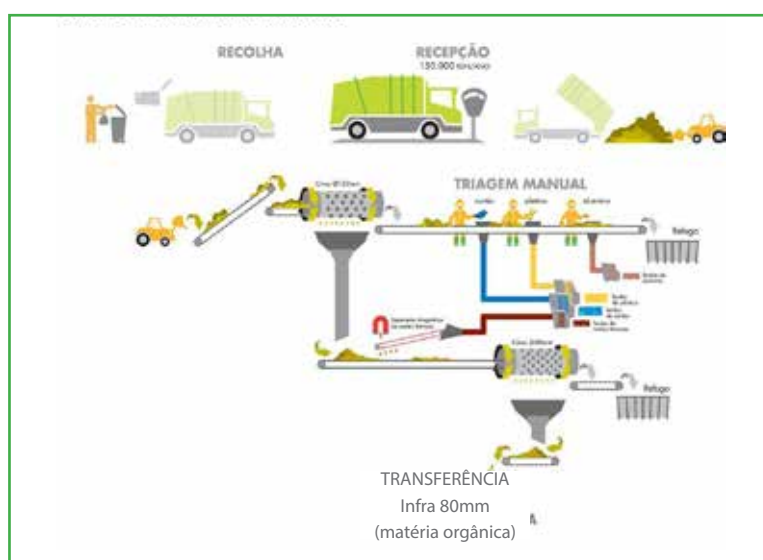
Os resíduos indiferenciados recepcionados nesta unidade são, assim, encaminhados para Tratamento Mecânico (TM) onde são sujeitos a um pré-tratamento em crivos rotativos de malha de 120 mm, a uma triagem manual da fracção superior a 120 mm – onde se recupera papel/cartão, vários tipos de plástico e alumínio – a uma separação magnética da fracção inferior a 120 mm (onde se processa a recuperação do aço) e a uma separação mecânica do restante material num segundo conjunto de crivos de malha de 80 mm.



Os resíduos com granulometria inferior a 80 mm – a fracção orgânica dos resíduos indiferenciados – são transferidos para tratamento biológico na CDA da Abrunheira.

Os resíduos que não são recuperados na triagem manual bem como a fracção não passante da crivagem a 80 mm constitui o refugo do pré-tratamento e é encaminhado para destino final.

Pode resumir-se o funcionamento operacional desta unidade conforme consta da figura seguinte.

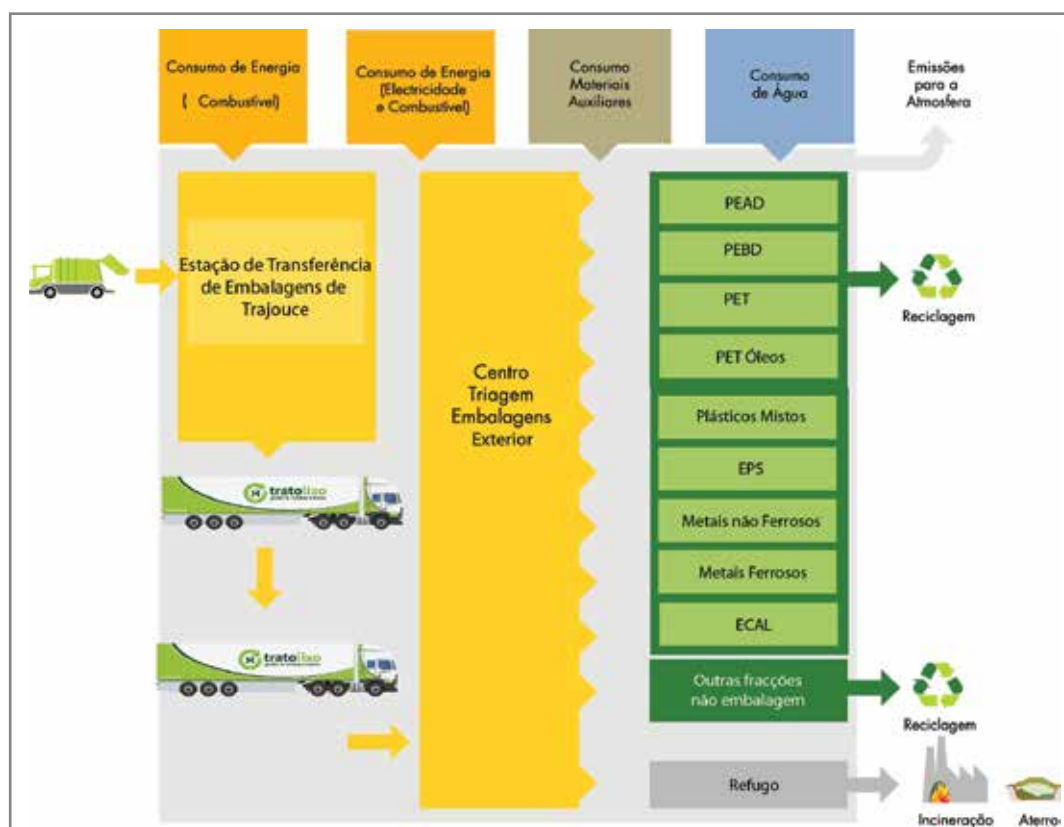


2.2.2. Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem

Esta Estação de Transferência é composta por várias valências: recepção de resíduos indiferenciados e resíduos de embalagem.

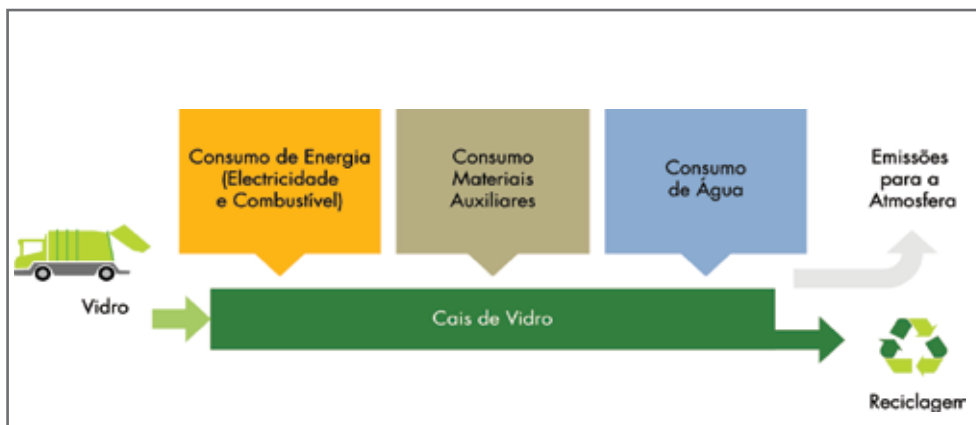
Relativamente aos resíduos embalagem (RE), uma vez que a capacidade de processamento da antiga Estação de Triagem do Ecoparque de Trajouce se encontrava muito aquém das necessidades do Sistema, o processamento das embalagens da recolha selectiva provenientes do ecoponto amarelo – embalagens de plástico, metal e ECAL – passou a ser efectuado externamente.

Estas embalagens de recolha selectiva são então recebidas, armazenadas e posteriormente transportadas até aos Centros de Triagem externos – entidades contratualizadas desde Julho de 2008 para o seu processamento – conforme esquema abaixo.



Esquema de funcionamento da triagem de embalagens de plástico, metal e ECAL.

Por sua vez, o vidro proveniente da recolha selectiva é descarregado no cais de vidro, que funciona como ponto de armazenamento temporário e carga, com vista ao encaminhamento deste material para a indústria recicladora.



Esquema de funcionamento do cais de descarga do vidro

Quanto aos resíduos indiferenciados, parte dos mesmos são descarregados na Estação de Transferência e enviados directamente para destinos externos ao Sistema.

2.2.3. Central de Triagem de Papel / Cartão

O processo de triagem de papel/cartão, que se encontrava sub-contratado a uma entidade externa desde finais de 2010, por razões estratégicas da empresa internalizou-se em 2014 com recurso a meios internos.

Esta infra-estrutura possui uma linha de triagem onde é efectuada uma triagem negativa manual do papel/cartão proveniente de recolha selectiva. Neste processo são retirados manualmente os resíduos contaminantes existentes no material recebido e do material sobran-te fazem-se fardos mistos de papel/cartão, que são posteriormente encaminhados para reciclagem.



Esquema de funcionamento da triagem de papel /cartão



2.2.4. Ecocentro de Trajouce

O Ecocentro de Trajouce recebe, armazena e acondiciona temporariamente diversos tipos de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

Os monstros são recebidos e sujeitos a triagem. Os resíduos com potencial de reciclagem e recuperação são segregados e valorizados de acordo com o fluxo ou fileira a que pertencem.

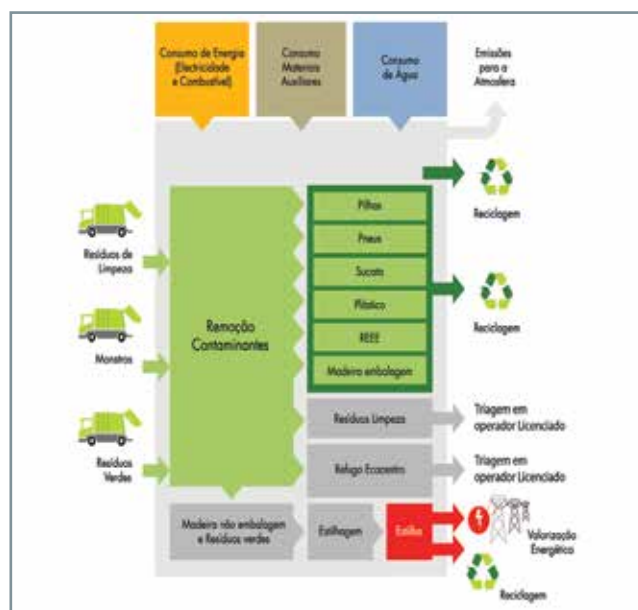
Quanto aos resíduos verdes, procede-se à trituração dos resíduos lenhosos através de uma máquina destruidora. O produto final, a estilha, é encaminhada para compostagem na CDA e para valorização energética e os materiais rejeitados são encaminhados para valorização numa entidade externa.

Dos resíduos de limpeza são recuperadas algumas ramagens com potencial de valorização enquanto biomassa. A fracção restante é enviada para valorização numa entidade externa.

Para além da recepção dos resíduos já enunciados, o Ecocentro de Trajouce é um ponto acreditado de entrega de pneus usados e um centro de recepção de REEE's, recebendo ainda madeiras de embalagem e não embalagem, metais ferrosos, plásticos rígidos, baterias de automóveis, lâmpadas fluorescentes e pilhas e acumuladores.

Apresenta-se no esquema seguinte o funcionamento operacional do Ecocentro de Trajouce.

Esquema de funcionamento operacional do Ecocentro de Trajouce



2.3. Ecocentro da Ericeira

O Ecocentro da Ericeira está localizado na freguesia da Ericeira, concelho de Mafra e tem uma área de implantação de 0,3 ha.

Esta é a primeira infra-estrutura de recepção de resíduos da TRATOLIXO que está aberta ao público em geral, encontrando-se em funcionamento desde Julho de 2007.

Nesta infra-estrutura é permitido que os munícipes realizem a deposição selectiva de diversas tipologias de resíduos valorizáveis que, pelas suas características ou dimensões, não podem ser depositados nos ecopontos.

São admissíveis neste ecocentro baterias de automóvel; REEE's; lâmpadas fluorescentes; madeiras e paletes; sucatas; mobílias e outros monstros; óleos alimentares e minerais; roupas usadas; papel e cartão; pilhas e acumuladores; plásticos; embalagens metálicas e ECAL; pneus; "esferovite" (EPS); RCD's; resíduos de jardins e parques; solventes e tintas; vidro embalagem; vidro de construção e vidro automóvel.



A photograph of a large industrial facility, likely a waste-to-energy plant or a recycling center. The image shows a complex system of yellow metal conveyor belts and chutes, some of which are filled with dark, granular material. A large, vertical, rusted metal pipe runs through the center of the frame. In the background, there are more industrial structures, including a blue conveyor belt and a large pile of waste material. The overall scene is one of heavy industrial activity.

3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2015

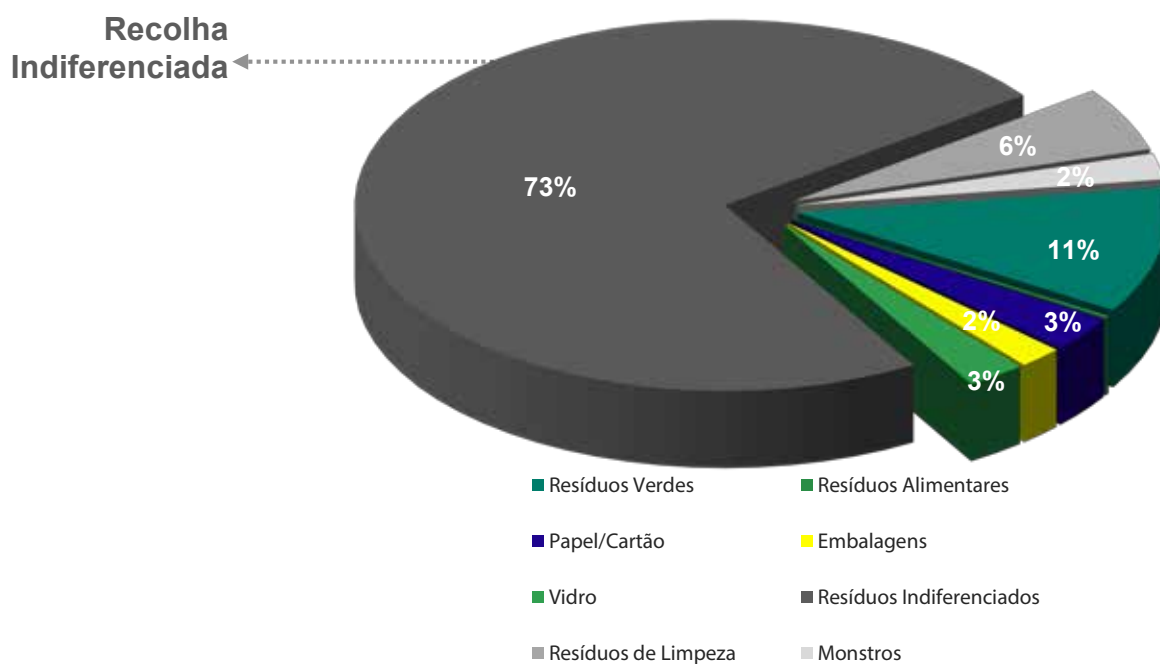
3 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2015

3.1. Recepção de Resíduos

Os Resíduos Urbanos (RU) são constituídos por várias tipologias de resíduos, sendo que no ano de 2015, os resíduos indiferenciados representaram globalmente 73% da recolha de RU do Sistema AMTRES, seguida dos resíduos verdes, com 11%.

A recolha selectiva multimaterial – vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL – representou, no seu global, 8% do total das recolhas efectuadas no Sistema.

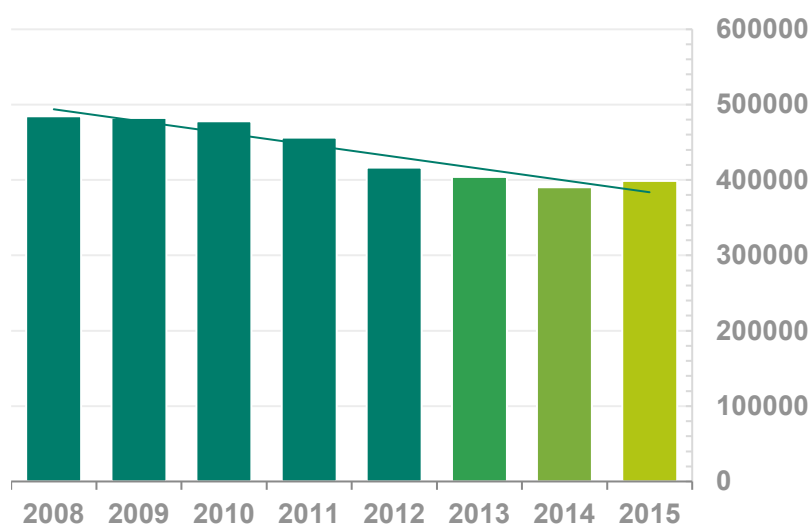
Distribuição dos RU por Tipologia dos Resíduos Recolhidos



Durante o ano de 2015 a TRATOLIXO recebeu um total de 398.882 t de resíduos urbanos (RU) provenientes dos municípios e de particulares. Este quantitativo corresponde a um aumento de +2,2% face ao ano de 2014, o que constitui um incremento de +8.404 t.

Resíduos recebidos no SISTEMA (t)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
TOTAL DE RESÍDUOS URBANOS (t) TOTAL	484.690	482.053	477.826	456.139	416.529	403.830	390.478	398.882	2,2%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMC	146.664	143.079	147.907	146.606	135.697	134.119	120.045	128.625	7,1%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMM	41.195	41.916	42.237	40.325	37.840	36.044	37.580	37.757	0,5%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMO	87.427	88.536	82.888	80.169	72.781	70.199	71.192	72.935	2,4%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) CMS	203.984	203.786	200.077	185.369	167.971	162.019	157.629	156.726	-0,6%
TOTAL DE RESÍDUOS (t) PARTICULARES	5.420	4.735	4.718	3.671	2.240	1.448	4.032	2.839	-29,6%

Uma vez que se vinha verificando, desde 2009, a um forte decréscimo na produção de resíduos no Sistema, a inversão desta tendência é de salientar e pode ser observada no gráfico seguinte.



Esta evolução deve-se ao desvio positivo de +29,9% (+10.454 t) registado na recolha selectiva de biorresíduos, mais concretamente ao acréscimo de +30,0% (+10.114 t) registado nos resíduos verdes face ao ano de 2014.

RECOLHAS SELECTIVAS BIORRESÍDUOS (t)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
RESÍDUOS ALIMENTARES (t)	2.092	1.668	1.822	1.938	1.786	2.168	1.242	1.582	27,4%
Cascais	1.627	1.307	1.473	1.595	1.552	1.474	0	41	100%
Mafra	464	361	346	343	222	250	458	453	-1,2%
Oeiras	0	0	0	0	12	445	705	752	6,6%
Sintra	1	0	3	0	0	0	0	0	0%
Particulares	0	0	0	0	0	0	78	337	329,8%

RECOLHAS SELECTIVAS BIORRESÍDUOS (t)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
VERDES (t)	13.785	20.785	22.780	23.410	24.837	37.283	33.665	43.778	30,0%
Cascais	7.300	10.728	14.986	17.874	19.564	22.547	16.007	23.276	45,4%
Mafra	1.009	2.124	1.973	2.163	1.832	1.428	2.016	2.237	11,0%
Oeiras	523	368	466	551	1.951	3.105	3.351	3.964	18,3%
Sintra	4.456	7.454	5.280	2.750	1.261	9.910	12.042	13.975	16,0%
Particulares	497	111	75	71	230	293	249	326	31,1%
TOTAL BIORRESÍDUOS (t)	15.877	22.453	24.602	25.348	26.623	39.451	34.907	45.361	29,9%
Cascais	8.927	12.035	16.459	19.469	21.116	24.020	16.007	23.317	45,7%
Mafra	1.473	2.485	2.319	2.506	2.054	1.678	2.474	2.690	8,7%
Oeiras	523	368	466	551	1.963	3.550	4.057	4.716	16,3%
Sintra	4.457	7.454	5.282	2.750	1.261	9.910	12.042	13.975	16,0%
Particulares	497	111	75	71	230	293	327	663	102,6%

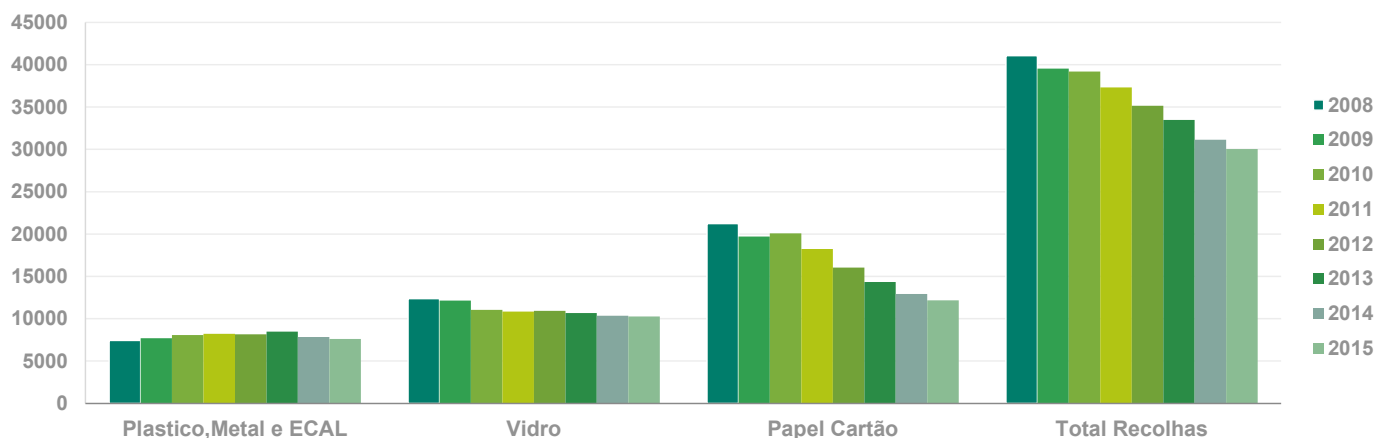
Ainda neste domínio, nota especial para o resultado obtido na recolha selectiva de biorresíduos de particulares, cujo desenvolvimento se atribui às entregas de resíduos alimentares por parte de entidades particulares (+329,8% e +258 t) na CDA da Abrunheira, comprovando a importância e sucesso desta infra-estrutura.

No entanto, as recolhas selectivas multimaterial de vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL totalizaram 30.030 t no ano de 2015, tendo-se obtido um resultado de -3,5% (-1.100 t) face ao ano anterior.

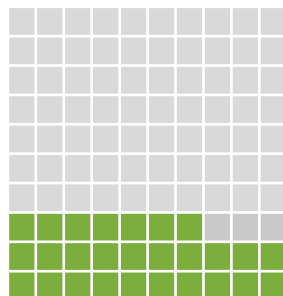
RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
EMBALAGENS PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)	7.448	7.695	8.074	8.223	8.167	8.467	7.848	7.595	-3,2%
Cascais	2.107	2.223	2.217	2.311	2.397	2.442	2.177	2.182	0,3%
Mafra	736	737	704	686	680	673	681	657	-3,6%
Oeiras	1.901	1.920	1.957	1.918	1.812	1.937	1.835	1.826	-0,5%
Sintra	2.604	2.770	3.191	3.301	3.241	3.322	3.071	2.871	-6,5%
Particulares	100	46	5	7	37	93	83	59	-29,2%
VIDRO (t)	12.376	12.134	11.040	10.854	10.937	10.663	10.352	10.269	-0,8%
Cascais	3.428	3.274	3.214	3.226	3.199	3.143	3.016	3.127	3,7%
Mafra	1.347	1.414	1.224	1.269	1.205	1.139	1.078	1.094	1,6%
Oeiras	2.664	2.724	2.713	2.582	2.411	2.319	2.219	2.181	-1,7%
Sintra	4.718	4.612	3.889	3.776	4.123	4.059	4.039	3.864	-4,3%
Particulares	218	110	1	0	0	2	1	3	244,7%
PAPEL e CARTÃO (t)	21.240	19.701	20.070	18.235	16.051	14.339	12.930	12.166	-5,9%
Cascais	5.618	5.273	5.193	5.057	4.717	4.425	4.099	4.016	-2,0%
Mafra	1.790	1.617	1.615	1.457	1.181	1.102	1.120	1.099	-1,9%
Oeiras	6.373	5.937	5.692	4.947	4.309	3.886	3.600	3.403	-5,5%
Sintra	7.090	6.693	7.487	6.748	5.842	4.921	4.093	3.642	-11,0%
Particulares	368	181	83	27	2	4	18	6	-66,1%
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	41.064	39.530	39.184	37.311	35.155	33.469	31.130	30.030	-3,5%
Cascais	11.154	10.770	10.624	10.594	10.313	10.011	9.292	9.325	0,4%
Mafra	3.873	3.768	3.542	3.412	3.066	2.915	2.879	2.850	-1,0%
Oeiras	10.939	10.580	10.362	9.447	8.531	8.142	7.655	7.410	-3,2%
Sintra	14.412	14.074	14.567	13.825	13.206	12.302	11.203	10.378	-7,4%
Particulares	686	337	89	34	40	99	102	68	-33,1%

Observou-se que todos os resíduos integrantes desta categoria manifestaram um comportamento de decréscimo, como se pode observar no gráfico seguinte.

Recolhas Selectivas Multimaterial



- 26,9%



2008-2015

Registou-se uma redução de 26,9% nesta tipologia de recolha, o que se justifica com o desvio dos resíduos com valor de mercado dos canais formais de gestão e com a alteração dos padrões de consumo, ambas as situações causadas pela crise económica.

Também se continuou ainda a verificar uma diminuição, embora de apenas -0,6% (-1.900 t), na recolha de resíduos indiferenciados.

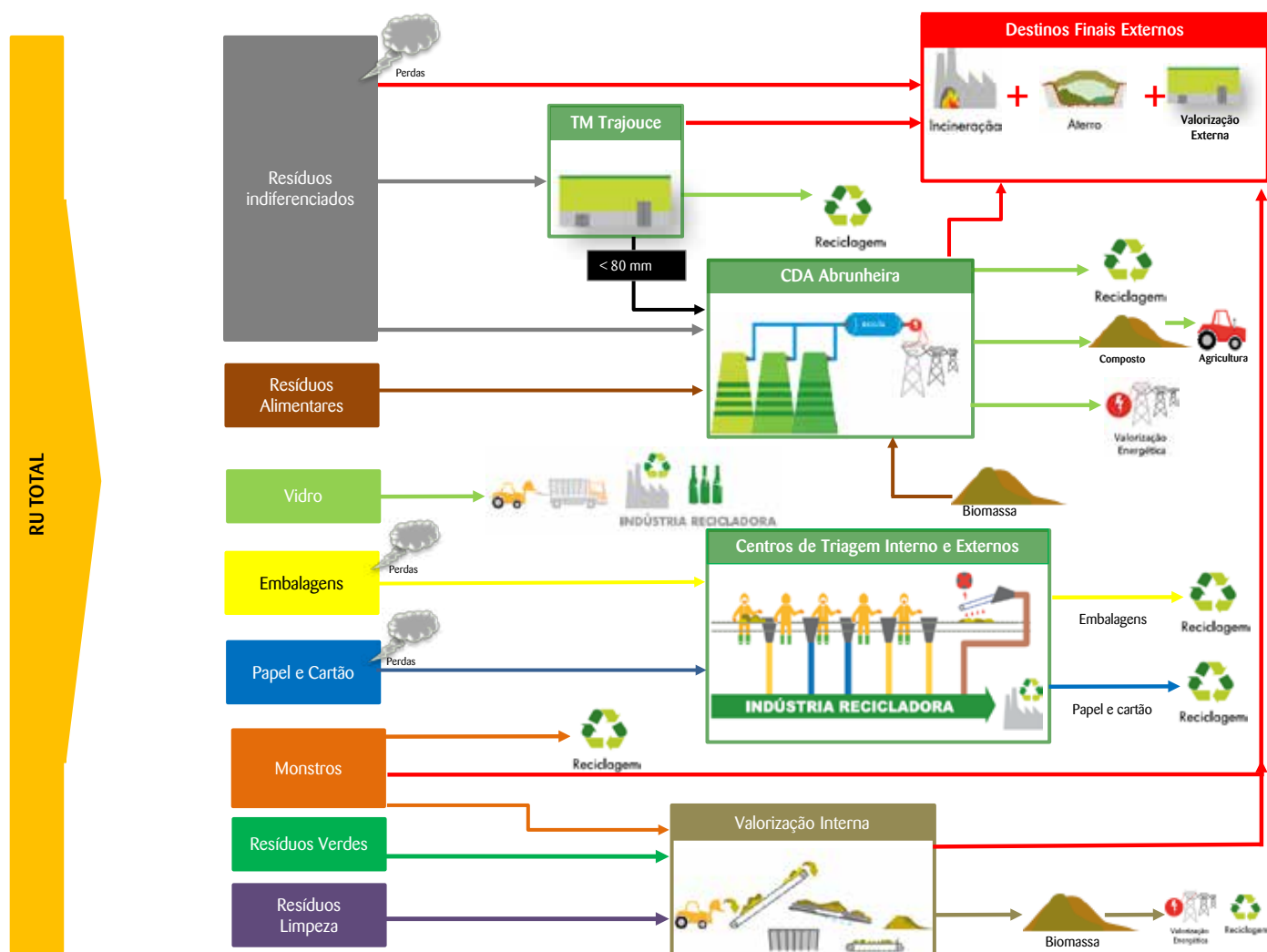
Já os resíduos de limpeza e os monstros registaram ambos um aumento, de +1,9% (+405 t) e +6,4% (+546 t), respectivamente.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Δ 2014/2015
RESÍDUOS INDIFERENCIADOS (t)	335.914	333.062	330.817	317.755	298.427	288.461	294.036	292.136	-0,6%
Cascais	93.933	93.341	92.012	89.557	85.524	84.809	84.883	85.116	0,3%
Maфра	32.513	32.615	32.531	31.613	30.419	29.144	29.435	29.498	0,2%
Oeiras	63.800	63.176	62.765	60.120	56.800	54.694	55.635	55.963	0,6%
Sintra	142.348	140.657	140.357	133.946	124.446	119.715	122.007	121.088	-0,8%
Particulares	3.320	3.274	3.152	2.520	1.239	100	2.076	470	-77,4%
RESÍDUOS LIMPEZA (t)	80.926	76.172	71.443	65.357	47.455	33.173	21.845	22.250	1,9%
Cascais	29.744	24.211	25.536	23.824	16.175	12.903	7.466	8.041	7,7%
Maфра	1.767	1.353	2.166	1.127	902	1.087	1.472	1.458	-0,9%
Oeiras	9.163	11.271	6.422	7.688	3.415	959	2.326	3.123	34,3%
Sintra	39.909	38.915	36.906	32.433	26.915	18.209	10.562	9.584	-9,3%
Particulares	343	422	414	284	48	15	19	44	137,4%
MONSTROS(t)	10.907	10.836	11.780	10.368	8.869	9.275	8.560	9.105	6,4%
Cascais	2.907	2.723	3.277	3.161	2.569	2.376	2.397	2.826	17,9%
Maфра	1.569	1.696	1.678	1.667	1.399	1.220	1.320	1.261	-4,5%
Oeiras	3.001	3.141	2.874	2.363	2.073	2.854	1.520	1.723	13,4%
Sintra	2.857	2.686	2.965	2.415	2.143	1.884	1.814	1.702	-6,2%
Particulares	572	590	987	762	685	941	1.509	1.593	5,6%

3.2. Tratamento e Valorização

A TRATOLIXO recebe as diversas tipologias de resíduos provenientes das recolhas do Sistema AMTRES e realiza, mediante a capacidade das suas instalações, o seu tratamento, a partir do qual obtém produtos que comercializa.

Os rejeitados dos processos são enviados para destino adequado, tal como se pode observar no esquema abaixo.



No Ecoparque de Trajouce são recebidos cerca de 90% dos resíduos indiferenciados produzidos no Sistema. Por uma questão de logística e de optimização processual, estes resíduos são sujeitos à etapa de TM da CITRS e a fracção infra 80 mm (fracção orgânica) – que é aqui separada da fracção não orgânica – é encaminhada para a CDA da Abrunheira e sujeita à etapa de TB, da qual resulta composto e energia eléctrica.

Do processamento de resíduos indiferenciados no TM da CITRS de Trajouce resulta, tal como já foi referido, a produção de fardos de vários tipos de materiais recicláveis que são posteriormente encaminhados para reciclagem. Os resultados de produção desta unidade para o ano de 2015 são os que se apresentam no quadro seguinte.

Recuperação de recicláveis na CITRS (t)	2013	2014	2015	Δ 2014-2015
Filme plástico	929,46	1.463,34	1.269,40	-13,25%
PEAD	54,32	109,76	248,12	126,06%
PET	136,08	201,24	180,44	10,34%
Plásticos Mistos	-	-	95,80	+100,00%
Cartão	855,19	1.137,47	1.255,30	7,72%
Aço	569,20	1.190,82	1.200,48	0,81%
Alumínio	10,47	17,78	17,72	-0,38%
Total	2.554,72	4.120,41	4.237,26	2,84%

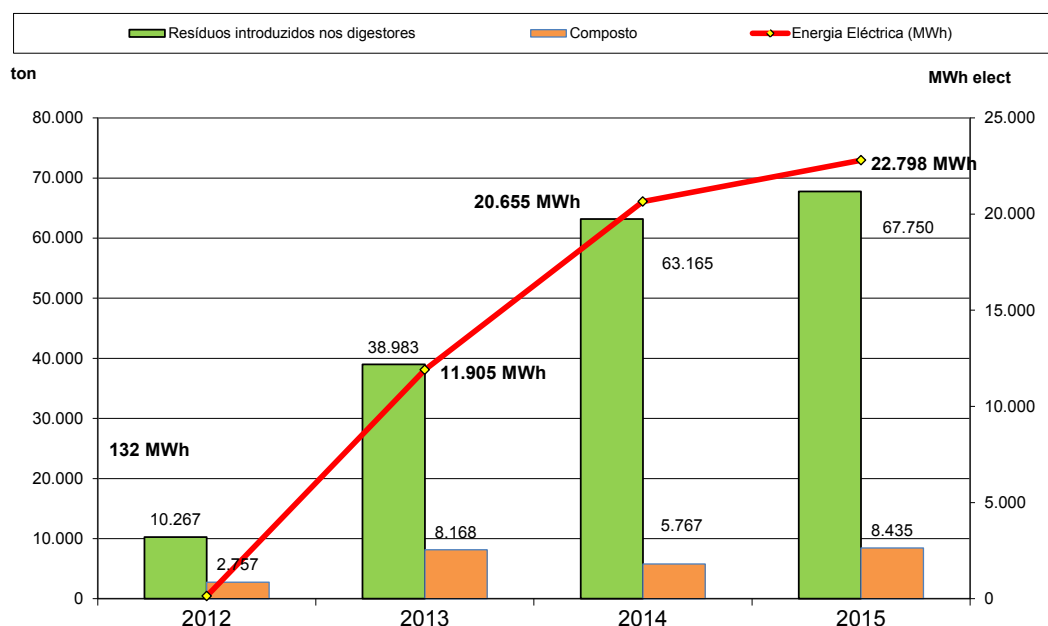
No final de 2015 iniciou-se a triagem de Plásticos mistos na CITRS de Trajouce, o que permitiu a recuperação de cerca de 100 t de material. Face ao ano anterior denota-se um desvio positivo de +2,84% na recuperação de materiais recicláveis nesta infra-estrutura. Ainda de esclarecer que o valor total obtido em 2013 se deveu à paragem da actividade da CITRS para requalificação do pavimento do edifício de recepção de RU.

Em contrapartida, na CDA da Abrunheira apenas é efectuada a triagem do aço pelo facto de receber exclusivamente a fracção infra 80 mm proveniente do processo de TM da CITRS de Trajouce – material que é constituído apenas por matéria orgânica.

Assim sendo, verificou-se que a produção de aço na CDA em 2015 totalizou 195,68 t, o que corresponde a um desvio positivo de +37,88% que no ano anterior.

Em 2015 foram enviadas 82.844,98 t de fracção orgânica infra 80 mm do TM de Trajouce para valorização orgânica na CDA da Abrunheira, das quais foram introduzidas nos biodigestores 67.750 t de resíduos a partir dos quais se obtiveram 8.434,68 t de composto, uma variação de +46,25% face ao ano anterior.

Há igualmente a assinalar a produção de energia eléctrica a partir do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia, que em 2015 totalizou 22.798,11 MWh, valor que representa um acréscimo de +10,38% face ao ano anterior.



No respeitante à actividade desenvolvida no Ecocentro de Trajouce, os materiais potencialmente valorizáveis que provêm dos resíduos verdes, resíduos de limpeza e monstros são segregados nesta instalação e encaminhados para destino final adequado, consoante a sua tipologia.

Durante o ano de 2015 a recuperação de materiais a partir deste Ecocentro registou uma diminuição de -39,97% face ao ano anterior (-8.464,29 t), facto que é imputado à variação registada na biomassa.

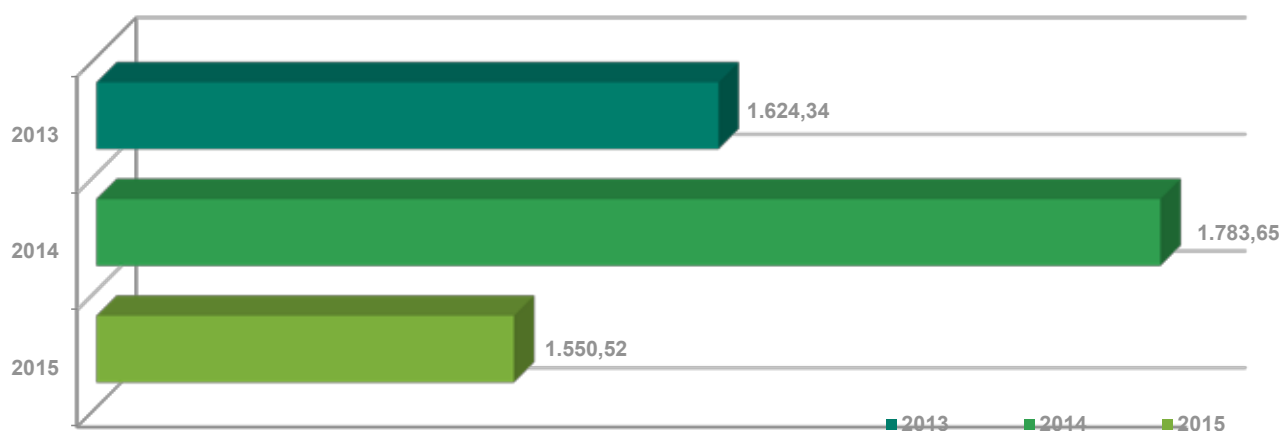
Com a entrada em vigor da legislação relativa ao Regime de Emissões Industriais (REI), a TRATOLIXO deixou, em Julho de 2015, de produzir biomassa para valorização energética, limitando-se à produção de biomassa para valorização orgânica na CDA da Abrunheira, sendo que os restantes resíduos verdes foram encaminhados para valorização numa entidade externa, com todos inconvenientes ambientais e económicos que daí advieram.

Ecocentro Trajouce (t)	2013	2014	2015	Δ2014-2015
Plásticos rígidos	61,36	79,40	108,38	36,50%
Pilhas	1,14	2,16	0,00	-100,00%
REEE	106,50	96,08	106,26	10,60%
Metais	172,20	148,88	188,66	26,72%
Pneus	713,04	38,38	39,58	3,13%
Biomassa	24.585,55	20.806,59	12.264,42	-41,06%
EPS	5,50	3,38	3,28	-2,96%
Total	25.645,29	21.174,87	12.710,58	-39,97%

Relembra-se que o valor de produção de pneus de 2013 deve-se a um critério de contabilização de pneus recuperados neste Ecocentro menos correcto – que entretanto foi alterado – que considerava também os pneus provenientes de recolha selectiva – sendo que actualmente se considera exclusivamente os pneus recuperados a partir dos monstros.

Quanto ao Ecocentro da Ericeira, foram recepcionadas nesta infra-estrutura durante o ano de 2015 um total de 1.550,52 t de resíduos, valor que constitui uma diminuição de -13,07% (-233,13 t) face ao ano anterior.

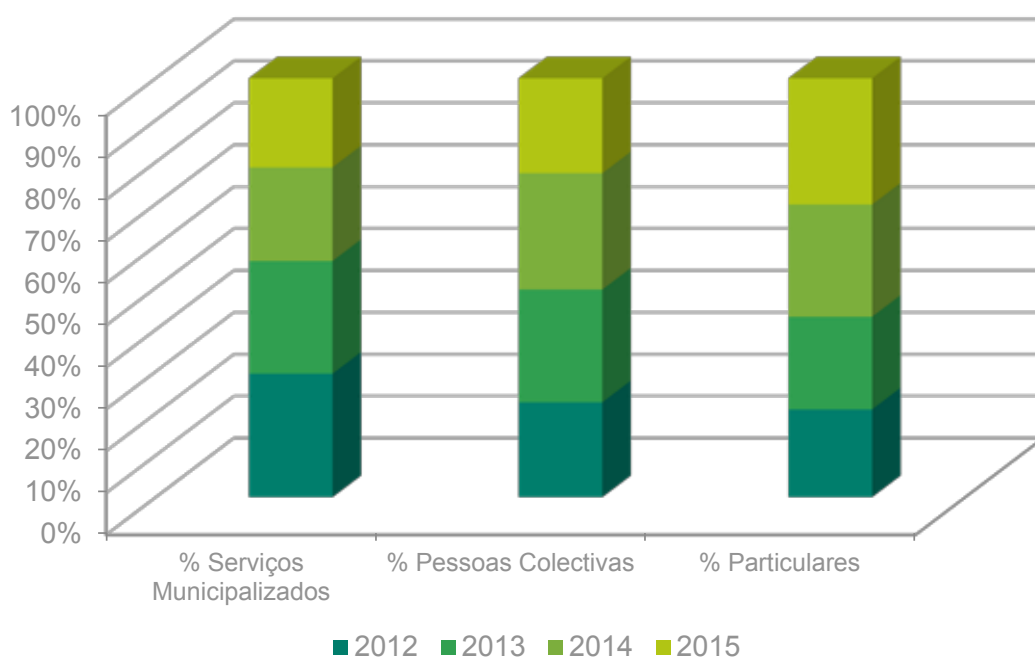
Resíduos Recebidos no Ecocentro da Ericeira



Em 2015 o Ecocentro da Ericeira registou um total de 10.192 utilizadores, o que constitui um decréscimo de -13,74% face ao ano de 2014 e -1.624 utilizadores.

No entanto, apesar da diminuição da quantidade total de resíduos entregues e do número total de entradas no ecocentro, continua a verificar-se que os utilizadores particulares constituem a maioria das entregas de resíduos, facto que demonstra que esta infra-estrutura cumpre exemplarmente a função para a qual foi criada e que revela também a importância da mesma para a gestão de resíduos do Sistema.

Percentagem de Entradas no Ecocentro da Ericeira por tipo de utilizador



Após produção, os materiais recicláveis triados em todas estas infra-estruturas são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos, tais como a Sociedade Ponto Verde (SPV), entidade gestora para os Resíduos de Embalagem (RE).

No que a este fluxo específico diz respeito e considerando apenas as retomas oriundas de recolha selectiva, no ano de 2015 registou-se um aumento de +4% face ao ano anterior (+770 t).

*Retomas	Vidro (t)	Papel cartão (t) **	Plástico (t)	Metal (t)	Madeira (t)	Total (t)
2012	10.956	7.778	3.989	592	1.388	24.702
2013	10.711	7.901	4.082	590	74	23.358
2014	10.074	5.653	4.644	497	0	20.867
2015	10.473	5.729	5.007	429	0	21.637
Δ 2014-2015	4%	1%	8%	-14%	0%	4%






*Apenas recolha selectiva

**Reporta apenas papel/cartão embalagem e inclui dados referentes às retomas de ECAL

O resultado das retomas deve-se ao bom desempenho operacional de triagem da empresa mas também dos prestadores de serviço externo.

Para além da reciclagem e por motivos de incapacidade de realizar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES, a TRATOLIXO procede ao envio de resíduos e refugos dos seus processos para outros operadores de gestão de resíduos externos devidamente licenciados, tais como valorização orgânica, outra valorização multimaterial, incineração e aterro.

Em termos de encaminhamento de resíduos para destino final externo, em 2015 verificou-se um aumento de +2,34% face ao ano anterior, fruto da maior quantidade de resíduos recebidos.

	2012	2013	2014	2015	Variação
 Aterro	156.580,73	62.260,10	35.437,44	44.485,28	25,53%
Resíduos Indiferenciados	20.117,97	20.921,40	20.421,50	8.214,88	-59,77%
Outros Resíduos	57.352,30	796,58	380,12	1.842,34	384,67%
Rejeitados dos processos	79.110,46	40.542,12	14.635,82	34.428,06	135,23%
 Aterro Inertes	3.804,08	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Resíduos	3.804,08	0,00	0,00	0,00	0,00%
 Valorização orgânica	23.973,36	12.877,12	33.003,90	4.407,96	-86,64%
Resíduos Indiferenciados	23.755,64	972,46	11.275,72	2.458,96	-78,19%
Outros Resíduos	217,72	10.459,50	869,04	0,00	-100,00%
Rejeitados dos processos	0,00	1.445,16	20.859,14	1.949,00	-90,66%
 Outra Valorização	9.676,84	48.662,35	82.706,68	86.224,16	4,25%
Resíduos Indiferenciados	94,46	0,00	8.483,66	16.074,74	89,48%
Outros Resíduos	0,00	19.857,78	37.857,72	45.872,60	21,17%
Rejeitados dos processos	9.582,38	28.804,57	36.365,30	24.276,82	-33,24%
 Incineração/Val. Energética	113.317,94	179.119,84	141.687,94	164.555,12	16,14%
Resíduos Indiferenciados	42.456,64	122.446,08	82.298,26	84.591,28	2,79%
Outros Resíduos	0,00	0,00	0,00	5.771,18	+100,00%
Rejeitados dos processos	70.861,30	56.673,76	59.389,68	74.194,66	24,93%
Total envios	307.352,95	302.919,41	292.835,96	299.674,52	2,34%

No ano de 2015, o envio de resíduos urbanos directamente para aterro totalizou 10.057,22 t, quantitativo que representa 2,52% do total de resíduos recolhidos no Sistema AMTRES.

Relativamente aos resultados da TRATOLIXO em relação às metas estipuladas no PERSU 2020 para o Sistema, a empresa seguiu a metodologia de cálculo prevista na Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011.

Os resultados obtidos pela TRATOLIXO para 2015 constam do esquema abaixo.



Refere-se que os dados apresentados não contabilizaram os quantitativos de materiais recicláveis e escórias resultantes do envio de resíduos da TRATOLIXO para as entidades prestadoras de serviços, pelo que os mesmos são provisórios e carecem de validação por parte da APA.

3.3 Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.

3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas

de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas dos seus colaboradores e clientes e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

4. Prevenir a poluição e assegurar a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.

5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.

6. Proporcionar aos colaboradores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.

7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratos para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.

8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.

9. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.

10. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la.

Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.

3.4. Planeamento Estratégico

A estratégia da TRATOLIXO é definida na sua Assembleia Geral, de acordo com indicações propostas pelo seu accionista AMTRES e tendo por base o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2014-2020) – que estabelece as orientações estratégicas de âmbito nacional da Política de Gestão de Resíduos e as regras directoras para esta temática.

O PNGR 2014-2020 é materializado, no caso dos resíduos urbanos, no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020).

A empresa concretizou o PERSU 2020 no seu território de actuação – tal como definido no regime geral de gestão de resíduos – através de um Plano de Acção Intermunicipal, o seu Plano de Acompanhamento do PERSU 2020 (PAPERSU), documento que reflecte as intervenções previstas no Novo Modelo Técnico da empresa e tem como referência a concretização das directrizes constantes no PERSU 2020.

Sendo um plano basilar na gestão dos Resíduos Urbanos para o período 2014-2020, período de vigência do PERSU 2020, o PAPERSU da TRATOLIXO contempla as medidas a adoptar, identificando-se as mudanças de cariz tecnológico e de gestão que irão ser implementadas, bem como todos os equipamentos e infra-estruturas associados às estratégias a implementar na gestão dos resíduos, dando especial evidência às medidas que, de uma forma concertada com as perspectivas do PERSU 2020, promoverão uma convergência com as metas a atingir.

Tendo o PAPERSU da TRATOLIXO sido enviado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), o mesmo foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) em Junho de 2015, tendo sido considerado por esta autoridade tutelar como "...adequado face à visão, metas, e objectivos estabelecidos no PERSU 2020".

Este documento serviu posteriormente para consubstanciar a candidatura da TRATOLIXO ao POSEUR relativa à "Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem de Trajouce".



3.5. Sistema Integrado de Gestão



Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RSU e todas as unidades da empresa.

Em 2015 a TRATOLIXO viu renovada a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança e Saúde no Trabalho para o Ecoparque de Trajouce, Central de Digestão Anaeróbia e Ecocentro da Ericeira e manteve a certificação em Ambiente para a Central de Digestão Anaeróbia.

A certificação do Sistema Integrado de Gestão nas unidades da TRATOLIXO é um reflexo da aposta constante da empresa na melhoria contínua da qualidade dos seus produtos, do serviço prestado e no seu comprometimento em tomar as medidas preventivas e correctivas para eliminar ou minimizar os Aspectos Ambientais e Riscos Ocupacionais associados à actividade da empresa, que proporcionem um Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável para os colaboradores e parceiros externos, com enfoque na prevenção da poluição e das lesões e afecções da saúde.

Para o ano de 2016 a TRATOLIXO tem por objectivo a renovação da certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental e a extensão do mesmo ao Ecocentro da Ericeira.

3.6. Licenciamentos e Requisitos Legais

A área dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte da administração pública para a gestão de resíduos e em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, sendo este um dos aspectos materiais mais importantes para a empresa.

É a partir desta área que se instroem os pedidos de licenciamento da empresa e se procede à identificação, análise e aplicabilidade da legislação da TRATOLIXO.

Os desenvolvimentos mais relevantes registados em 2015 prendem-se com a obtenção do alvará para a realização das operações de gestão de resíduos no Ecoparque de Trajouce, processo que garante a devida habilitação da TRATOLIXO para exercer a sua actividade.





3.7. Monitorização de Processo e Produto

O serviço de Monitorização de Processo e Produto, para além de dar resposta a diversas exigências relacionadas com requisitos legais, também monitoriza a actividade da empresa ao nível do seu desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final, garantindo uma consequente melhoria dos Produtos produzidos.

Assim, torna-se possível à TRATOLIXO introduzir atempadamente as necessárias melhorias para evitar o incumprimento de normativos legais em vigor para a sua actividade, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos clientes de produto.

A forma como a empresa põe em prática estes objectivos é através da elaboração e execução anual do seu Plano de Monitorização Ambiental (PMA).

Este documento constitui a base para o desenvolvimento de todos os trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descritores ambientais – emissões, efluentes e ruído – e os respectivos parâmetros a avaliar.

A partir de 2010 foi adicionalmente estendida a monitorização ambiental às lixeiras do Sistema AMTRES.

Também com periodicidade anual, a TRATOLIXO elabora o Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR), documento que planifica as actividades de caracterização de diversas tipologias de resíduos produzidos no Sistema AMTRES.

O PCQR permite, assim, conhecer as características físicas dos resíduos que dão entrada nas instalações da TRATOLIXO – que são, no fundo, a matéria-prima base da actividade da empresa – possibilitando, por um lado, o estabelecimento de objectivos quantificados no domínio da gestão dos Resíduos Urbanos (RU) e por outro lado, aferir a sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

É ainda elaborado anualmente um Plano de Monitorização de Processo e Produto Final (PMPPF), que tem como objectivo monitorizar as várias actividades e processos produtivos da empresa – e assim controlar e garantir a sua eficiência através do controlo de aspectos ambientais, tais como o consumo de água, electricidade, gás e resíduos produzidos – realizar o controlo de qualidade dos produtos finais e verificar o cumprimento das Especificações Técnicas (ET) definidas para os mesmos.



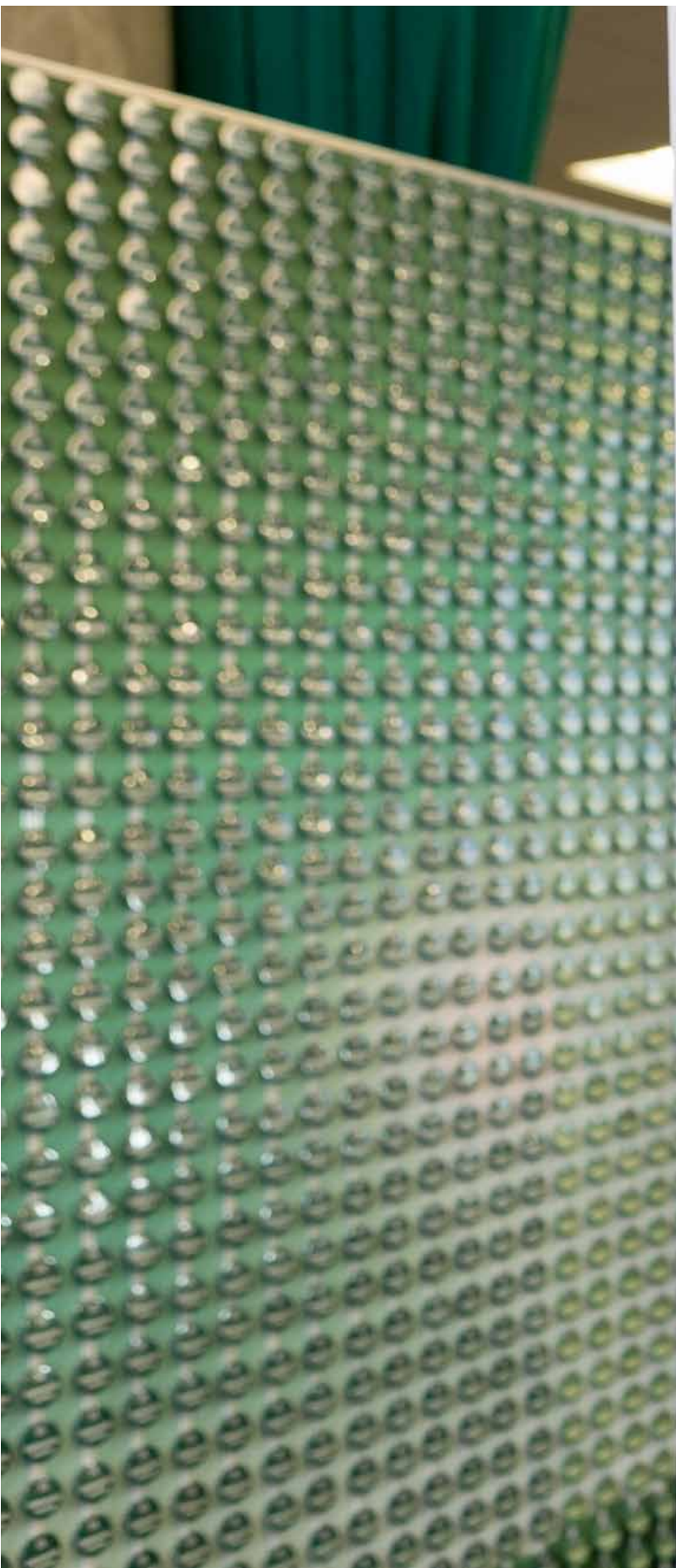
**A EMPRESA PRESTA UM IMPORTANTE
CONTRIBUTO NO DOMÍNIO SOCIAL
À SUA COMUNIDADE**

3.8 Comunicação e Imagem

Publicações

Neste domínio, em 2015 foram elaborados diversos suportes que possibilitam a difusão da imagem da TRATOLIXO. Destacam-se os de maior visibilidade para o exterior e que foram a produção da *newsletter*, o folheto institucional, os anúncios publicados em jornais, revistas e eventos do sector dos resíduos, a campanha “25 ANOS de actividade da TRATOLIXO”, a actualização dos outdoors do Ecoparque de Trajouce e a dinamização e melhoria do sítio de internet da empresa.





trato

25 Anos a olhar
25 years looking ahead

Em 25 anos de vida, tratámos e valorizámos
de 10 milhões toneladas de resíduos urbanos.
Criámos 2 ecoparques, 1 ecocentro e obtivemos
certificações. Somos um dos maiores sistemas gestores
de resíduos do país. Trabalhamos diariamente com mais de
500 pessoas e servimos para cima de 840 mil habitantes
em 4 freguesias, numa área de mais de

**São muitos obrigados, mas, a todos
os que estiveram connosco,**

muito obrigado!

**In 25 years of experience, we received and valued
10 million tonnes of urban waste. We built 2 ecoparks, 1 recycling center
and obtained certifications. We are one of the country's largest waste management
systems. We work daily with more than 500 people and serve
more than 840 thousand inhabitants in 4 municipalities and 31 parishes in an area of more than**
**Many thanks, but all those who were with us,
thank you!**



Participação em Eventos e Feiras

A TRATOLIXO esteve presente nas 9^{as} Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos (Setembro, Viana do Castelo), no MIST – Modelling Innovation Sustainability and Technologies (Outubro, Universidade Atlântica) e no Greenfest 2015 (Outubro, Estoril).



Visitas

A TRATOLIXO promoveu várias visitas técnicas às suas instalações durante o ano de 2015 para diversas empresas e entidades nacionais e internacionais.

Para além destas visitas, a empresa recebeu também a título de visitas de estudo, várias entidades escolares e de solidariedade social, tendo também participado em acções de sensibilização em escolas e eventos, tais como a Festa do Ambiente promovida anualmente pela Câmara Municipal de Oeiras.



Apoio Social

A empresa presta um importante contributo no domínio social à sua comunidade envolvente através da prestação de apoio a várias instituições e campanhas solidárias.

Durante o ano de 2015, esse apoio foi prestado através da recepção de tampinhas – que totalizou 35 toneladas – e pela atribuição de apoio financeiro às instituições beneficiadas.

3.9 Gestão de Pessoas

Repartição do Efectivo

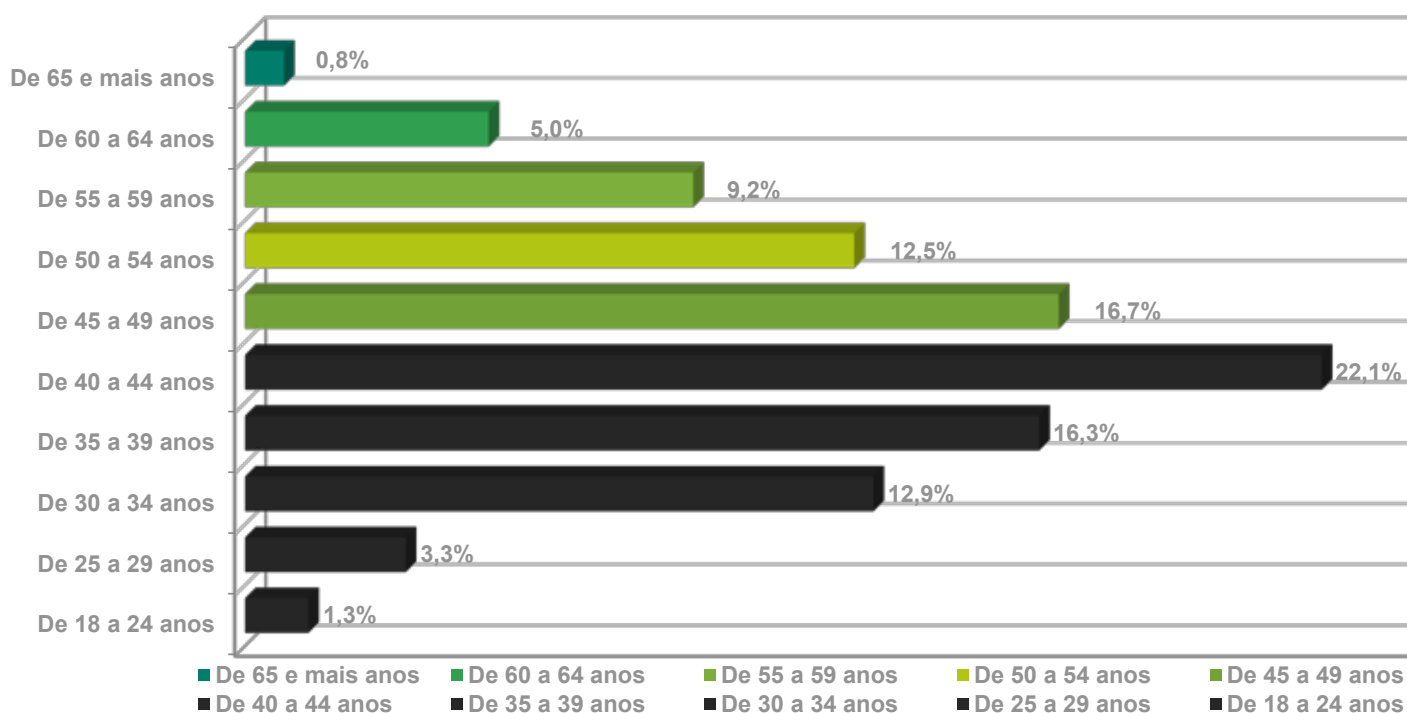
À data de 31 de Dezembro de 2015 o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 240 trabalhadores distribuídos por 172 trabalhadores do género masculino e 68 trabalhadores do género feminino, acrescido de 6 trabalhadores temporários do género masculino.

Ocorreu, por isso, um decréscimo face aos anos de 2013 e 2014, nos quais o total de trabalhadores era, a 31 de Dezembro, de 255 e 241, respectivamente.

O índice de tecnicidade (1) passou de 18,7% em 2014 para 18,8% em 2015. Isto ficou a dever-se ao facto de as entradas e saídas de trabalhadores da empresa terem tido maior incidência no pessoal qualificado, semi-qualificado e não qualificado.

Nível Etário

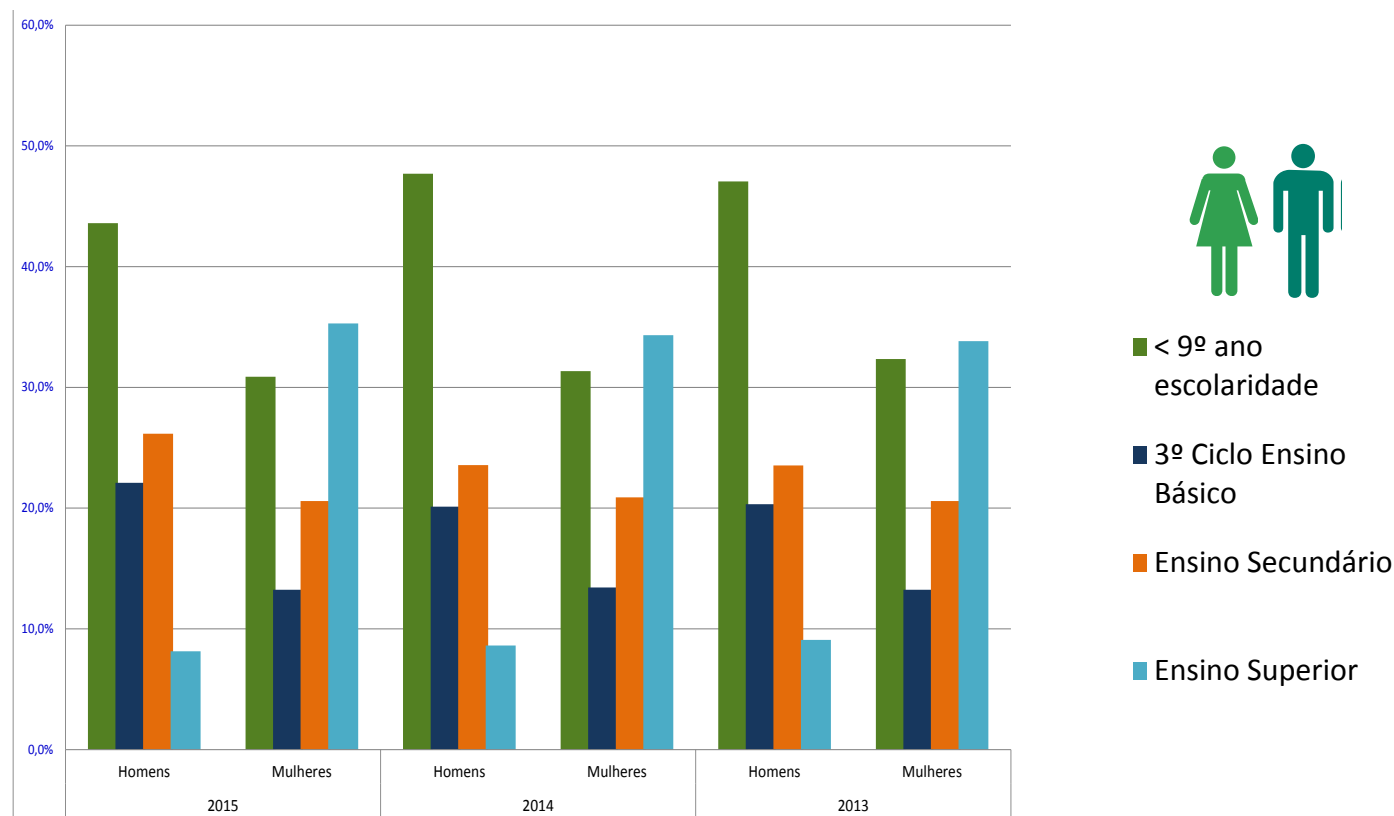
Em termos de escalões etários, verifica-se que há uma maior concentração de trabalhadores nas faixas etárias entre os 40 e os 44 anos, correspondente a 22,1% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.



(1) O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos)/Efectivo global * 100.

Em 2015 continuou-se a registar a maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias inferiores ao 9º ano, 40%, não tendo existido qualquer alteração significativa face ao ano anterior em qualquer das categorias habilitacionais.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico seguinte:



Formação Geral

Em 2015, houve 940 participantes em 154 acções de formação interna e externa, num total de 3.376 horas, o que equivale a uma média de 22,36 horas de formação por acção. Nestas horas de formação estão incluídas as formações proporcionadas no âmbito de SST.

Formação Certificada	2013	2014	2015
Total de Participantes	69	462	937
Total de Acções de Formação	10	87	151
Total de Horas de Formação	1.654	2.377	3.376

O aumento substancial verificado no total de acções realizadas em 2014 e 2015, comparativamente com 2013, deve-se ao facto de, em 2014 e 2015, terem sido contabilizadas também as acções de formação ministradas internamente e ter havido uma clara aposta no aumento deste tema.

Para além da formação dada aos seus trabalhadores directos, a TRATOLIXO promoveu ainda formação a trabalhadores temporários no total de 75 horas de formação para 52 participantes, distribuídos por 10 acções formativas.

Taxa de absentismo

Em 2015 a taxa de absentismo registada na empresa foi de 8,15%, tendo diminuído face ao ano anterior, que registou 9,20%

Sinistralidade Laboral

No quadro seguinte apresenta-se a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2015, explicitando a situação dos incidentes de trabalho e o número de dias perdidos, resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.



	2013		2014		2015	
	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos
Acidentes de Trabalho	43	-	30	-	32	-
com Baixa	26	901	21	810	19	794
Sem Baixa	17	-	9	-	13	-
Quase-Acidentes de Trabalho	10	-	14	-	4	-

Os dias de ausência por acidente de trabalho diminuíram, face ao ano anterior, cerca de 7%.







4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

4 SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

SUMÁRIO

O resultado de 3,3M€ alcançado em 2015 confirma a estratégia pensada para a Tratolixo. De facto, de modo a solidificar a situação financeira da Empresa, tornou-se premente encontrar soluções que permitissem dar continuidade ao reequilíbrio já iniciado em 2014.

A conjugação de uma tarifa fixada em valor ligeiramente superior ao necessário, com a reestruturação do passivo financeiro em condições substancialmente mais favoráveis, são premissas que permitem continuar a equilibrar a Empresa e que contaram com o apoio incondicional dos quatro municípios que compõem a sua estrutura accionista.

Apesar de, tendencialmente, o resultado da Tratolixo apontar para zero, em 2015, com a fixação da tarifa num patamar que possibilitou recuperar todos os custos e ainda capitalizar a Empresa, conseguiu-se gerar a liquidez necessária que permitiu continuar a regularizar a dívida atrasada e prosseguir com o plano de investimentos.

Do pacote alcançado com a reestruturação do passivo financeiro, faz-se notar o período de ausência de exfluxos de caixa, negociado até 2017, que, complementarmente à tarifa fixada, tem possibilitado direccionar os excedentes em função da estratégia delineada. Tornou-se, assim, possível (i) iniciar a empreitada do Aterro da Abrunheira - equipamento estratégico que

permitirá uma redução expressiva dos custos actualmente suportados com o envio dos resíduos para aterros externos ao sistema e, (ii) cumprir com os pagamentos previstos nos acordos estabelecidos com os fornecedores.

A análise da estrutura financeira de 2015 permite que se conclua pela continuidade do seu reequilíbrio, promovendo-se, deste modo, a tão desejada estabilidade da Empresa. A capitalização da empresa por via do bom resultado de 2015, e dos juros vencidos, possibilitou a recuperação dos indicadores de equilíbrio que, embora ainda em valores negativos, mostram uma forte recuperação.

Devido à criteriosa gestão dos prazos médios de recebimento e pagamento é, também, visível a recuperação do equilíbrio ao nível dos capitais circulantes. Perante o acesso muito limitado a outras fontes de financiamento, é muito importante para a Empresa poder contar com o cumprimento dos prazos de recebimento.

É, pois, notório, e louvável, o esforço financeiro que os municípios têm feito, havendo, inclusive,

brio que, embora ainda em valores negativos, mostram uma forte recuperação.

Devido à criteriosa gestão dos prazos médios de recebimento e pagamento é, também, visível a recuperação do equilíbrio ao nível dos capitais circulantes. Perante o acesso muito limitado a outras fontes de financiamento, é muito importante para a Empresa poder contar com o cumprimento dos prazos de recebimento.

É, pois, notório, e louvável, o esforço financeiro que os municípios têm feito, havendo, inclusive,



**O RESULTADO
ALCANÇADO EM 2015
CONFIRMA A
ESTRATÉGIA PENSADA PARA
A TRATOLIXO**

meses de antecipações de pagamentos.

Embora o prazo médio de pagamentos a fornecedores ainda se situe em níveis não desejados, no futuro - logo que as dívidas passadas estejam na sua totalidade regularizadas, os indicadores mostrarão a sua inversão em relação a anos anteriores, quando o prazo médio de pagamentos dos municípios era demasiado longo.

Face aos resultados apresentados, antevê-se um futuro promissor para a Tratolixo. As sinergias conseguidas com o envolvimento de todos os *stakeholders*, nomeadamente, municípios, banca, fornecedores, trabalhadores e outros, têm permitido a visível recuperação da empresa.

Perspectiva-se que, em resulta-

do deste envolvimento conjunto, num muito curto prazo, a Empresa esteja a operar com os equipamentos e *know-how* essenciais à sua actividade, conseguindo, assim, reduzir a sua dependência perante operadores externos. Será, então, uma realidade a redução dos custos de operação que terão o consequente reflexo em tarifas futuras mais baixas.



ANÁLISE DOS RESULTADOS

Un: €				
	2014	2015	Δ	Δ%
Rendimentos Operacionais	33.882.532	33.181.119	- 701.413	-2,1%
Gastos Operacionais	30.031.071	24.106.680	-5.924.391	-19,7%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	3.851.460	9.074.439	5.222.978	135,6%
Gastos de Depreciação e Amortização	3.226.061	3.437.743	211.681	6,6%
Provisões e imparidades	-32.819	46.293	79.112	n.a.
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	658.218	5.590.403	4.932.185	749,3%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	16.210.100	569.901	-15.640.198	-96,5%
Juros e Gastos Similares Suportados	16.618.326	2.483.110	-14.135.216	-85,1%
Resultado antes Impostos	249.991	3.677.194	3.427.203	1370,9%
Imposto sobre o Rendimento	238.895	359.340	120.445	50,4%
Resultado Líquido	11.096	3.317.854	3.306.758	29801,4%

Quadro 1 – Conta de Resultados

O Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), que em 2015 totalizou 9,1M€, cresceu 136% em relação a 2014, +5,2M€.

A variação que se verifica ficou, essencialmente, a dever-se ao facto de em 2014, devido à operação de reestruturação do passivo financeiro, se ter tornado necessário anular, por intermédio de gastos operacionais, 4,3M€ de encargos financeiros que haviam sido capitalizados em exercícios anteriores como parte do valor contabilístico do activo intangível em fase de construção, situação que não se verificou em 2015.

Apesar de, em termos formais, a operação de reestruturação do passivo financeiro da Empresa, ter ficado concluída em 29/6/2015, com a subscrição de todos os contratos, o ano de 2014, em termos contabilísticos havia já, em substância, reflectido toda a negociação.

Contribuem, também, para a variação de 5,2M€ os acréscimos que se verificaram em Vendas e Prestações de Serviços num total de 1,2M€.

Por efeito dos Gastos de Depreciação e de Amortização, Provisões e Imparidades e Gastos de Financiamento Líquidos, apura-se um Resultado Antes de Impostos de 3,7M€ que devido à elevada carga fiscal origina um Resultado Líquido de 3,3M€.

Rendimentos Operacionais

Expurgando da análise a rubrica Serviços de Construção, que se compensa quando se analisam os Gastos Operacionais, a variação de 0,7M€, relativamente a 2014, passa de negativa a positiva verificando-se que, de facto, houve um acréscimo nas restantes rubricas de Rendimentos Operacionais de cerca de 1,0M€.

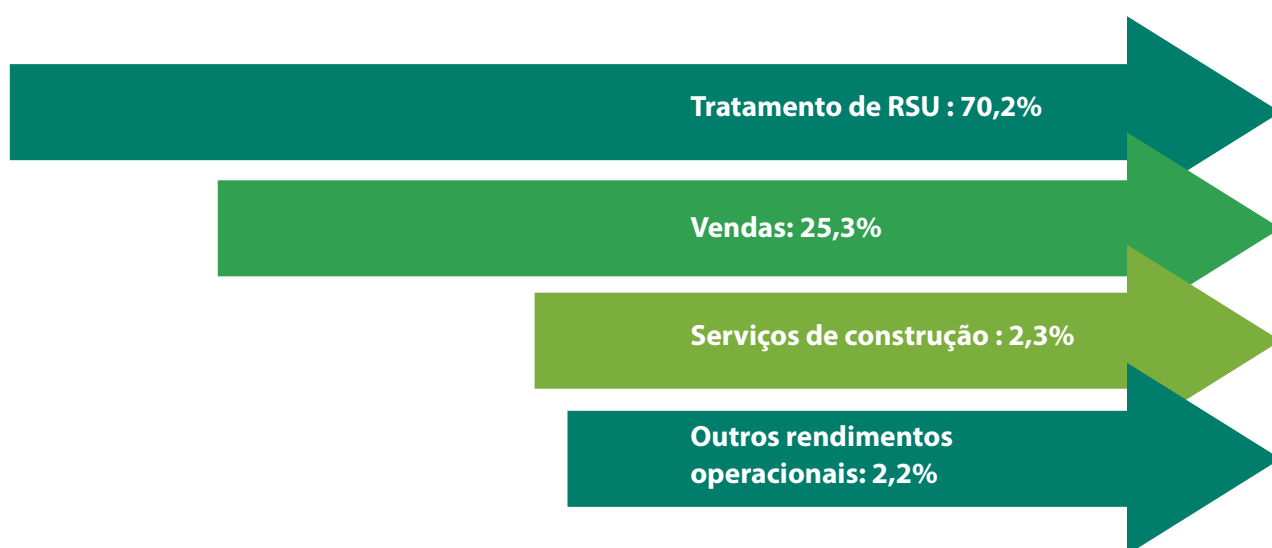
Un: €

Rúbrica/Ano	2014	2015	Δ	Δ%
Vendas	7.694.581	8.403.031	708.450	9,2%
Prestações de Serviços	25.343.199	24.053.902	-1.289.298	-5,1%
Tratamento RSU	22.793.558	23.278.493	484.935	2,1%
Serviços de Construção	2.549.642	775.409	-1.774.233	-69,6%
Outros Rendimentos Operacionais	844.751	724.186	-120.565	-14,3%
Rendimentos Operacionais	33.882.532	33.181.119	-701.413	-2,1%

Quadro 2 – Rendimentos Operacionais

Os acréscimos que se verificam em Vendas e Prestações de Serviços ficaram a dever-se ao seguinte:

- (i) A variação positiva de 0,7M€ que se verifica na rubrica Vendas, justifica-se devido ao acréscimo da energia eléctrica injectada na rede e, ainda à venda de maiores quantidades de ECAL e outros materiais valorizáveis com preços médios superiores aos praticados em 2014;
- (ii) Em Prestações de Serviços, a variação de 0,5M€ é explicada pelo acréscimo das toneladas recepcionadas em 2015.



Quadro 3 – Distribuição dos Rendimentos Operacionais

Gastos Operacionais

Em 2015, os Gastos Operacionais totalizaram 27,6M€, menos 17% que em 2014. Expurgando desta análise a rubrica Serviços de Construção, a redução é de apenas 13%. De facto, a variação que se verifica em Fornecimentos e Serviços Externos passa de negativa a positiva no montante de 0,5M€.

Un: €				
Rúbrica/Ano	2014	2015	Δ	Δ%
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	1.058.502	909.175	-149.327	-14,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	18.454.303	17.172.386	-1.281.917	-6,9%
Gastos com o Pessoal	5.802.270	5.489.082	-313.188	-5,4%
Outros Gastos Operacionais	4.715.996	536.038	-4.179.958	-88,6%
Gastos Operacionais	30.031.071	24.106.680	-5.924.391	-19,7%
Gastos de Depreciação e de Amortização	3.226.061	3.437.743	211.681	6,6%
Provisões e Imparidades	-32.819	46.293	79.112	n.a.
Total dos Gastos Operacionais	33.224.314	27.590.716	-5.633.598	-17,0%

Quadro 4 – Gastos Operacionais

O decréscimo que se verifica nesta rubrica resulta, sobretudo da variação negativa que a rubrica Outros Gastos Operacionais evidencia, -4,2M€, variação que tem a ver com o que anteriormente já se disse. De facto, perante o perdão de juros assumido pelas entidades financiadoras, não teria feito sentido manter no activo intangível em curso a totalidade dos encargos financeiros que haviam sido capitalizados. Por este motivo, em 2014, reconheceu-se um gasto extraordinário que em 2015 não poderia ter qualquer correspondência. Concorre, também, para o decréscimo desta rubrica as reduções que se verificam em Gastos com o Pessoal e Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas, respectivamente, em 0,3M€ e 0,1M€.

Concorre, ainda, em sentido contrário, o acréscimo que se verifica nos Gastos de Depreciação e de Amortização e Provisões e Imparidades. Faz-se notar que o acréscimo em Gastos de Depreciação e de Amortização ficou a dever-se ao início da amortização das linhas B e C da ETARI, cujo valor ascendeu a 0,2M€.

59,4%	FSE
2,8%	FSE – SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
19,9%	GASTOS COM PESSOAL
12,5%	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO
3,3%	CMVMC
1,9%	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Quadro 5 - Distribuição dos Gastos Operacionais



Resultados de Financiamento

A variação negativa de 1,5M€ que se verifica em relação a 2014, torna-se difícil de comparar, pelo facto de 2014 ter sido um ano atípico motivado pelas negociações em curso com a banca. De facto, observa-se uma redução de 15,6M€ em ganhos e, igualmente, uma redução de 14,1M€ em gastos.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos

O desvio de 15,6M€ encontra-se influenciado por 16,2M€, registados em 2014, sem qualquer correspondência em 2015, referentes ao perdão obtido no âmbito da reestruturação do passivo financeiro.

Em 2015, ainda no âmbito das negociações com as entidades financiadoras, registaram-se 0,6M€ em ganhos, montante que se refere à anulação de juros não devidos no âmbito da negociação e, ainda, ao perdão de comissões do banco agente.

Juros e Gastos Similares

Também nesta rubrica a maior parte dos valores registados em 2014, devido à negociação, não puderam ter correspondência em 2015.

Justificam-se, assim as principais rubricas que contribuíram para o gasto de 2,5M€ registado em 2015:

- (i) Juros de empréstimos: 2,0M€ - montante calculado sobre o capital em dívida de acordo com as novas condições acordadas;
- (ii) Juros de mora de fornecedores: 0,4M€ - reflexo das dívidas em atraso ao abrigo dos planos de regularização de dívidas.

De registar que face a anos anteriores verifica-se uma redução substancial no valor dos gastos de financiamento devido à negociação do spread que passou de 4% para 1,35%.

Estrutura Patrimonial

Un: €

Rúbricas/Anos	2014	2015	Δ	Δ %
Total do Activo	187.372.104	183.844.368	-3.527.737	-1,9%
Activos Fixos	180.039.285	177.373.475	-2.665.810	-1,5%
Outros Activos	5.346.617	5.368.692	22.075	0,4%
Soma	185.385.902	182.742.167	-2.643.735	-1,4%
Caixa e Equivalentes	1.986.202	1.102.201	-884.002	-44,5%
Total do Capital Próprio	15.529.621	18.401.970	2.872.349	18,5%
Total do Passivo	171.842.484	165.442.398	-6.400.086	-3,7%
Dívida Financeira	146.550.873	148.065.999	1.515.126	1,0%
Provisões	2.109.598	2.096.417	-13.181	-0,6%
Outros Passivos	23.182.013	15.279.982	-7.902.031	-34,1%

Quadro 6 – Evolução das rúbricas do Balanço 2015-2014

1. Activo

O Total do Activo, excluído de Caixa e Equivalentes, em 31 de Dezembro de 2015 era de 183M€, menos 2,6M€ que no final de 2014.

A continuada redução do Activo Fixo é um reflexo das condições impostas ao investimento que, devido à ainda escassez de tesouraria, encontra-se muito restringido. Embora o investimento venha a acompanhar o plano traçado para 2015, verifica-se que voltou a ficar reduzido a um montante inferior à realização total do activo fixo por via das amortizações.

Activos Fixos

Do montante de 177M€ que a rubrica Activos Fixos apresenta, 84M€, cerca de 47%, referem-se a infra-estruturas da concessão que se encontram em fase de construção. A redução de 2,7M€ relativamente a 2014 prende-se, essencialmente, com a realização dos activos firmes por via das amortizações.

Outros Activos

Não sendo expressiva a variação registada em Outros Activos, refere-se que do montante que esta rubrica apresenta, 67% - 3,6M€, dizem respeito a dívidas de clientes. Deste montante, 2,0M€ referem-se a dívida dos municípios.



2. Passivo

Em 31 de Dezembro de 2015, o passivo da TRATOLIXO era de 165M€, registando uma redução de 6M€ relativamente a 31 de Dezembro de 2014.

Dívida Financeira

No final de 2015 a Dívida Financeira total da TRATOLIXO era de 148M€, tendo crescido 1,5M€ em relação a 2014.

Nos termos do contrato de financiamento negociado, e firmado em 29/6/2015, foi contratualizada uma linha de juros cuja finalidade é financiar o pagamento dos encargos financeiros que se venham a vencer até Dezembro de 2017.

Assim, o acréscimo de 1,5M€ que se verifica nesta rubrica tem relação unívoca com o montante de encargos financeiros vencidos em 2015.

Provisões

A variação residual que esta Rubrica mostra, é reflexo da conjuntura ainda adversa que a TRATOLIXO atravessa, nomeadamente, no que diz respeito a restrições de liquidez. Assim, em 2015, conforme expectável, não se tornou viável avançar com a reabilitação ambiental prevista para as instalações de Trajouce. O montante provisionado de 2M€ foi reavaliado e reflecte, em 31 de Dezembro de 2015, a melhor estimativa dos gastos que se esperam vir a incorrer com a reabilitação do passivo ambiental.

Outros Passivos

A redução expressiva de 8M€ que se verifica em outros passivos, denota o esforço da TRATOLIXO em regularizar a dívida atrasada a fornecedores de investimento e operação e a outros organismos.

3. Capital Próprio

No final de 2015 o Capital Próprio da TRATOLIXO era de 18M€, mais 3M€ que em 2014. Para esta variação positiva contribuiu, o resultado de 3,3M€ conseguido em 2015.



OUTROS PASSIVOS :
A REDUÇÃO EXPRESSIVA DE
8M€ QUE SE VERIFICA EM
OUTROS PASSIVOS, DENOTA
O ESFORÇO DA TRATOLIXO
EM REGULARIZAR A DÍVIDA
ATRASADA



5. PERSPECTIVAS PARA 2016

5. PERSPECTIVAS PARA 2016

O ano de 2016 avizinha-se repleto de desafios que irão alterar profundamente o funcionamento da TRATOLIXO e torná-la mais forte no futuro.

Atendendo à prestação de um serviço público eficiente e de qualidade para com os seus clientes municipais e não municipais, baseado na redução de custos e minimização de impactes associados à actividade praticada, serão desenvolvidos investimentos em novas infra-estruturas que capacitarão a TRATOLIXO para uma laboração de acordo com os seus princípios de sustentabilidade.

Pretende-se, acima de tudo, garantir a independência da empresa face ao exterior para a gestão e tratamento integral dos resíduos produzidos na área geográfica do Sistema AMTRES.

Objectivo igualmente a alcançar com estas novas infra-estruturas – embora mais a médio prazo – é o cumprimento das metas que o PERSU 2020 veio decretar no domínio da preparação para reutilização e reciclagem, retomas de recolha selectiva e deposição de RUB em aterro para o Sistema.

Para este efeito, encontra-se prevista a construção de uma Central de Triagem para Resíduos de Embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL de recolha selectiva – cujo concurso público já se encontra, à data deste relatório, publicado e em apreciação – e também a construção de uma nova Central de Tratamento Mecânico para resíduos indiferenciados, ambas no Ecoparque de Trajouce – procedimento concursal que se programa vir a ser lançado até Agosto de 2016.

Para a concretização destas intervenções, a empresa irá propor-se a financiamento de fundos comunitários, nomeadamente do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos (PO-SEUR) e preparar candidaturas neste sentido – uma das quais já foi submetida e cuja decisão será emitida ainda durante o 1º semestre de 2016.

Encontra-se igualmente prevista para 2016 a conclusão de outra empreitada de relevo para a auto-suficiência da empresa, a construção das Células de Confinamento Técnico (CCT) na Abrunheira.

Por outro lado, existe também a in-

tenção de promover a produção de CDR e valorizá-los energeticamente pela empresa no Ecoparque de Trajouce para obter uma maior produção energética e consequente sustentabilidade económica que permita reduzir a tarifa praticada e oferecer alternativas a outros operadores de combustíveis derivados de resíduos, o que se conseguirá com a instalação de uma linha dedicada de produção de CDR na nova Central de Tratamento Mecânico a construir. Ir-se-á continuar a apostar no domínio da I&DT para aplicação das Melhores Tecnologias Disponíveis (MTD) ao serviço da actividade de-



2016
ANO DE DESAFIOS QUE
TORNARÃO A TRATOLIXO
MAIS FORTE NO FUTURO



envolvida no domínio da gestão de resíduos e de outras actividades ou projectos com os quais a empresa se depare ou sinta a obrigatoriedade de desenvolver, como o PRAET ou as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).


A continuação do desenvolvimento de projectos associados à I&DT servirá também para aplicar, na prática, a premissa constante no PERSU 2020 relativa à valorização dos resíduos enquanto fonte renovável de recursos, contribuindo-se assim para o crescimento económico do País e promovendo-se o paradigma da economia circular – essencial para estender o ciclo de vida dos materiais, minimizar o consumo de matérias-primas e energia e diminuir a pressão sobre o ambiente.

Face a estas preocupações e objectivos, renovar-se-á em 2016 o esfor-

ço de manter – e mesmo estender a outras infra-estruturas – a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão como estratégia de melhoria contínua que caracteriza, desde há muito, a TRATOLIXO.

Tudo isto, claro está, em conformidade com a diversa legislação aplicável à actividade, cujo acompanhamento se desenvolve na área dos Licenciamentos e Requisitos Legais da empresa.

Espera-se, portanto, um ano em que se atingirão novos horizontes de trabalho, conducentes à melhoria organizacional e aposta na qualificação dos recursos humanos para um maior aperfeiçoamento e qualidade na operação e exploração do serviço público prestado.

A photograph of an industrial facility, likely a water treatment plant, featuring large, vertical, corrugated metal pipes and a blue building. The scene is framed by out-of-focus tree branches in the foreground. The text "6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS" is overlaid in white on a dark semi-transparent background.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 23º dos estatutos da TRATOLIXO, E.I.M., S.A. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2015, no valor de 3.317.853,74 € (três milhões, trezentos e dezassete mil, oitocentos e cinquenta e três euros e setenta e quatro centimos), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Ana Isabel Neves Duarte



António Ricardo Henriques da Costa Barros



Índice das Demonstrações Financeiras

BALANÇO	77
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	78
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	79
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	80
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	82
1 INTRODUÇÃO	82
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	83
4 FLUXOS DE CAIXA	95
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	96
6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	96
7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	97
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS	98
9 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	99
10 INVENTÁRIOS	101
11 CLIENTES	102
12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	103
13 OUTRAS CONTAS A RECEBER	104
14 DIFERIMENTOS	104
15 CAPITAL	105
16 RESERVAS	105
17 OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL	105
18 PROVISÕES	106
19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	108
20 FORNECEDORES	109
21 OUTRAS CONTAS A PAGAR	110
22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	111
23 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	112
24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	112
25 GASTOS COM PESSOAL	113
26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	113
27 OUTROS GASTOS E PERDAS	114
28 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES	114
29 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	115
30 COMPROMISSOS	116
31 CONTINGÊNCIAS	118
32 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	118
33 PARTES RELACIONADAS	120
34 DISPOSIÇÕES LEGAIS	123
35 EVENTOS SUBSEQUENTES	126



7. DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Montante expresso em €

31 de Dezembro

	Nota	2015	2014
ACTIVO			
NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	53.287	60.138
Activos intangíveis	8	177.259.378	179.914.243
Outros Activos financeiros		106	0
Activos por impostos diferidos	9	60.704	64.904
		177.373.475	180.039.285
CORRENTE			
Inventários	10	709.479	531.093
Clientes	11	3.617.873	3.503.102
Adiantamentos a fornecedores	21	428.117	8.972
Estado e outros entes públicos	12	158.865	397.905
Outras contas a receber	13	292.317	576.566
Diferimentos	14	162.041	328.980
Caixa e depósitos bancários	4	1.102.201	1.986.202
		6.470.893	7.332.820
TOTAL DO ACTIVO		183.844.368	187.372.105
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL			
Capital realizado	15	7.010.000	7.010.000
Prémio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30.000	30.000
Resultados transitados		(4.718.921)	(4.730.017)
Outras variações no capital próprio	17	12.762.918	13.208.422
		15.084.116	15.518.525
Resultado líquido do período		3.317.854	11.096
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		18.401.970	15.529.621
PASSIVO			
NÃO CORRENTE			
Provisões	18	2.096.417	2.109.598
Financiamentos obtidos	19	148.065.999	146.550.873
Passivos por impostos diferidos	9	72	79
Ajustamentos em subsídios	17	3.705.363	3.834.703
Fornecedores	20	1.500.000	756.117
Outras contas a pagar	21	0	2.410.337
		155.367.851	155.661.707
CORRENTE			
Fornecedores	21	5.783.621	8.577.392
Adiantamentos de clientes		23.020	29.260
Estado e outros entes públicos	12	269.960	191.082
Outras contas a pagar	21	3.997.946	7.383.043
		10.074.547	16.180.777
TOTAL DO PASSIVO		165.442.398	171.842.484
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		183.844.368	187.372.105

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Montante expresso em €

	Nota	Exercício	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	22	32.456.933	33.037.780
Subsídios à exploração	-	1.000	9.721
Variação nos inventários de produção	-	(119.836)	76.424
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(909.175)	(1.058.502)
Fornecimentos e serviços externos	24	(17.172.386)	(18.454.303)
Gastos com o pessoal	25	(5.489.082)	(5.802.270)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10	(4.962)	5.146
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11,13	(55.414)	0,00
Provisões (aumentos) / reduções	18	14.084	27.673
Outros rendimentos e ganhos	26	843.022	758.607
Outros gastos e perdas	27	(536.038)	(4.715.996)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		9.028.146	3.884.279
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(3.437.743)	(3.226.061)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		5.590.403	658.218
Juros e rendimentos similares obtidos	28	569.901	16.210.100
Juros e gastos similares suportados	28	(2.483.110)	(16.618.326)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		3.677.194	249.991
Imposto sobre o rendimento do período	29	(359.340)	(238.895)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.317.854	11.096
RESULTADO POR ACÇÃO:			
- BÁSICO		2,37	0,01

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montante expresso €

	Notas	Capital realizado	Prêmios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2014		7.010.000	120	30.000	(5.624.261)	(4.763.397)	13.311.269	33.380	9.997.111
Alterações no período									
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	-	33.380	-	(33.380)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	5.624.261	-	(102.847)	-	5.521.415
		-	-	-	5.624.261	33.380	(102.847)	(33.380)	5.521.415
Resultado líquido do período								11.096	11.096
Resultado integral								11.096	5.532.510
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2014		7.010.000	120	30.000	0	(4.730.017)	13.208.422	11.096	15.529.621
Alterações no período									
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	-	11.096	-	(11.096)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	-	(445.505)	-	(445.505)
		-	-	-	-	11.096	(445.505)	(11.096)	(445.505)
Resultado líquido do período								3.317.854	3.317.854
Resultado integral								3.317.854	2.872.349
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2015		7.010.000	120	30.000	0	(4.718.921)	12.762.918	3.317.854	18.401.970

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Montante expresso em €

		Exercício findo em 31 de Dezembro	
	Nota	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		34.642.464	40.039.978
Pagamentos a fornecedores		(28.775.692)	(32.869.929)
Pagamentos ao pessoal		(4.996.483)	(5.268.695)
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		870.289	1.901.354
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(35.202)	-
Outros recebimentos/ (pagamentos)		(511.468)	875.624
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		323.619	2.776,978
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		(5.821)	(107)
Activos intangíveis		(1.973)	-
Outros activos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		1	-
Subsídios ao investimento		-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(7.793)	(107)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		1.680.000	-
Aumentos de capital		-	-
Juros e rendimentos e similares		455	195
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-	-
Amortizações de contratos de locação financeira		(2.566.672)	-
Juros e gastos e similares		(313.610)	(1.367.533)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.199.827)	(1.367.338)
Variação de caixa e seus equivalentes		(884.002)	1.409.533
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.986.202	576.670
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	1.102.201	1.986.202

As notas das páginas 78 a 125 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Ana Filipa Lanternas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Ana Isabel Neves Duarte

António Ricardo Henriques da Costa Barros

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.L.M. (referida neste documento como “TRATOLIXO” ou “Empresa”), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 01 de Outubro de 1990 tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana.

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 15 de Março de 2016. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

1.1 – Enquadramento da actividade

A TRATOLIXO desenvolve a sua actividade no âmbito de um Contrato-Programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004 de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009 foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra’ em 2007, e de acordo com o qual a TRATOLIXO deixa de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos.

Ao abrigo, e para efeitos, do disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto, em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, que produzirá efeitos na data da emissão do visto do Tribunal de Contas e vigorará até 31 de Dezembro de 2043. Actualmente, aguarda-se a emissão do visto do tribunal de contas mantendo-se, por isso, ainda, em vigor o Contrato-Programa.

No âmbito do Contrato-Programa foi dado acesso, à TRATOLIXO, às instalações existentes no Ecoparque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, tendo a TRATOLIXO ainda assumido a obrigação de construir um novo Ecoparque na Abrunheira (Mafra) e requalificar o Ecoparque de Trajouce (Cascais). A TRATOLIXO não pode dispor livremente destes activos para além da substituição/ renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços.

Pelos serviços prestados, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema multimunicipal, conforme estipulado contratualmente.

Constituindo o Contrato-Programa, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos, a

TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2015, e supletivamente de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12” – Acordos de Concessão de Serviços). As demonstrações financeiras até 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade “POC” e Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística “DC”), tendo sido efectuada a transição para o SNC com referência à data de 1 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e baseado no custo histórico, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados, mensurados ao justo valor.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo

são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “Equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta desde a data em que encontra em condição de uso, de acordo com as seguintes taxas:



3.3. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação prospectiva dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escurituro pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos *upgrades*. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram o sistema multimunicipal. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do Contrato-Programa, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

O valor do direito de concessão reconhecido resulta: i) do valor líquido de activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; ii) dos investimentos de construção/requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e iii) das contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão reconhecido à data da transição e os investimentos subsequentes de expansão/requalificação/renovação/substituição são amortizados de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, considerando o termo da concessão em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – Direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.4. Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos

derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

No âmbito da negociação com o Sindicato Bancário relativa à reestruturação do passivo financeiro foram cancelados, em 7 de Novembro de 2014, os Contratos de *Swap* de “permuta” de taxas de juro, para cobertura da flutuação das taxas de juro do financiamento.

3.7. Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção e conservação, e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte.
- ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos.
- iii) equipamento de Protecção individual (EPIS), Fardamentos e Consumíveis diversos

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados cujo custo de produção excede o valor da venda se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e de uma clarificação emitida pela *IFRS Interpretation Committee*, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.10. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital Próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial

de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de Capital Próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em 2011 têm um período máximo de reporte de quatro anos. Os prejuízos fiscais apurados em 2012 e 2013, são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, até cinco períodos de tributação posteriores. Os prejuízos fiscais gerados em 2014 e 2015 têm um período máximo de reporte de 12 anos. A dedução dos

prejuízos reportados, não pode exceder 70% do respectivo lucro tributável.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas como reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Em 2009, a TRATOLIXO procedeu ao registo de uma provisão para os custos a incorrer com a recuperação ambiental de terrenos localizados junto ao aterro de Trajouce, no valor de 3.500 mil euros. Esta provisão foi registada nas demonstrações financeiras no âmbito do anterior normativo contabilístico (POC), como parte do activo tangível em curso, por se tratar de um custo associado a responsabilidades de remoção dos resíduos indevidamente depositados em Trajouce, decorrentes da actividade desenvolvida pela TRATOLIXO no âmbito do Contrato-Programa.

Este valor foi transferido de activos fixos tangíveis para activo intangível, pela aplicação da IFRIC 12 na data da transição para o SNC. A provisão é revista anualmente tendo em consideração o período estimado de realização e os dispêndios incorridos / a incorrer para a reparação do passivo ambiental.

Provisões para monitorização de aterro e lixeiras

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização dos aterros e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do Contrato-Programa. Esta é uma medida de protecção ambiental exigida pela Direcção Geral do Ambiente, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

A provisão registada resulta do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO, para o período da responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento), estando sujeita a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. A provisão é mensurada ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de Capital Próprio “Outras variações de capital” (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.17. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou prestação de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem oriundos da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos provenientes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis resultantes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores e do composto produzidos na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem ainda a estes produtos os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

No caso da venda dos recicláveis à Sociedade Ponto Verde, o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados pela SPV. No caso da electricidade o rédito é reconhecido mensalmente de acordo com a energia injectada na rede eléctrica valorizada ao preço contratualmente definido.

O rédito da prestação de serviços refere-se a duas actividades:

i) Tratamento de resíduos – o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES no início de cada exercício. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é faturado directamente aos Municípios, sendo que, até Dezembro de 2010 era faturado através da AMTRES, com base na tarifa definida.

ii) Serviços de construção de infra-estruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços. O rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, direta ou indiretamente relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.19. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Em relação aos encargos de carácter ambiental a TRATOLIXO, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação), ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:



Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.20.2 Ativos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, ao longo da concessão. A amortização linear do direito de concessão pelo prazo do Contrato-Programa, não contempla a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação / substituição destes activos. Esta situação é enquadrável nas cláusulas do contrato programa, que prevêem a permuta do investimento nos activos de renovação / substituição pelo direito de concessão, e a sua recuperação através das tarifas subsequentes.

3.20.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidade quando existem indicadores de que o mesmo não será recuperável, no prazo do Contrato-Programa. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o Conselho de Administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao Contrato-Programa e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.20.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido constituem a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da Administração Fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores, que não se encontram registados.

3.20.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

As demonstrações financeiras de 2015 e 2014 reflectem o princípio, que ficou assente no Memorando de Entendimento, assinado entre a TRATOLIXO, a AMTRES, os Municípios e os Bancos de acrescer 30 anos ao Contrato-Programa, considerou-se assim o alargamento do período da concessão de 31 de Dezembro 2028 para 31 de Dezembro de 2043.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	2.505	2.519
Depósitos bancários	1.099.695	1.983.683
Caixa e depósitos bancários	1.102.201	1.986.202

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Numerário		
Caixa	2.505	2.519
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	1.099.695	1.483.683
Depósitos a prazo	0	500.000
	1.099.695	1.983.683
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	1.102.201	1.986.202
equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total	1.102.201	1.986.202

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas contabilísticas e relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas e de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às estimativas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6 Gestão de riscos financeiros

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratar de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a EDP, a Sociedade Ponto Verde e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7 Ativos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento administrativo	
	2015	2014
1 de Janeiro		
Custo de Aquisição	685.559	681.060
Depreciações acumuladas	(625.421)	(605.080)
Valor líquido	60.138	75.980
31 de Dezembro		
Adições	13.047	6.615
Alienações e Abates	(3.512)	(2.116)
Transferências	-	-
Depreciação - Exercício	(19.136)	(22.457)
Depreciação - Alienações	3.512	2.116
Depreciação - reg. transf. e abates	(762)	-
Valor líquido	53.287	60.138
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	695.094	685.559
Depreciações acumuladas	(641.807)	(625.421)
Valor líquido	53.287	60.138

As adições registadas nesta rubrica referem-se essencialmente a equipamentos de rádios comunicadores e mobiliário.



8 Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a evolução registada na rubrica dos ativos intangíveis, é como segue:

	Programas de computador	Programas de computador em curso	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
A 1 DE JANEIRO DE 2015					
Custo de aquisição	508.716	-	106.562.460	89.410.498	196.481.673
Amortizações acumuladas	(410.937)	-	(16.156.493)	-	(16.567.430)
Valor líquido	97.778	-	90.405.968	89.410.498	179.914.243
31 DE DEZEMBRO					
Adições	1.604	-	185.275	590.134	777.013
Alienações e abates	-	-	(680)	-	(680)
Regularizações	-	-	-	(13.192)	(13.192)
Transferências	-	-	5.999.031	(5.999.031)	-
Amortizações - exercício	(87.912)	-	(3.330.695)	-	(3.418.607)
Amortizações - reg/alienações	-	-	601	-	601
Valor líquido	11.471	-	93.259.498	83.988.409	177.259.378
31 DE DEZEMBRO DE 2015					
Custo de aquisição	510.320	-	112.746.086	83.988.409	197.244.815
Amortizações acumuladas	(498.849)	-	(19.486.587)	-	(19.985.436)
Valor líquido	11.471	-	93.259.498	83.988.409	177.259.378

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

No ano de 2015 procedeu-se à transferência do Edifício da ETARI e das Linhas B e C, da Abrunheira, que se encontravam em curso, em 2014, para o activo intangível Direito da concessão, no valor de 5.999.031 euros.

As adições registadas no Direito da concessão em 2015 referem-se, na sua maior parte, à aquisição de um sistema de tubagem de *bypass* à extracção dos biodigestores da CDA, requalificação de acessos, ares condicionados, requalificação das TM01 e TM02, contentores, máquina de alta pressão, 4 rebarbadoras, separador magnético para destrocador de resíduos e fornecimento e montagem de divisórias no edifício administrativo de Trajouce.

As adições no Direito da concessão em curso, respeitam, essencialmente, à construção da ETARI e das Células de Confinamento Técnico no Ecoparque da Abrunheira, tal como previsto no contrato programa, as quais resultam, maioritariamente, na permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de "Direito de concessão em Curso" referem-se às seguintes obras:

	31-12-2015	31-12-2014
ETARI - Abrunheira (Linha A)	1.325.803	6.723.684
Recuperação dos Terrenos Sul	3.348.687	3.348.687
Células de Confinamento Técnico - Abrunheira	68.367.834	68.007.092
Terrenos Ecocentro Abrunheira	8.142.153	8.374.582
Tratamento Efluentes	69.664	208.993
Terrenos requalificação ambiental	2.734.268	2.734.268
Bacia de Equalização	-	13.192
	83.988.409	89.410.498

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor de aquisição das infra-estruturas da concessão, permutadas pelo direito de concessão, adquiridas sob o regime de locação financeiras é como segue:

Locações Financeiras		
	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto	2.271.760	2.271.760
Amortizações acumuladas	(2.271.760)	(2.271.760)
	-	-

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da Demonstração dos Resultados, pela sua totalidade.

9 Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Capital próprio		
Imposto Diferido	-	432.871
	-	432.871
Demonstração dos Resultados		
Imposto Diferido	(4.193)	(10.037)
Imposto Corrente (Nota 29)	(355.147)	(228.858)
	(359.340)	(238.895)

Impacto dos Movimentos nas rubricas de impostos diferidos

	31-12-2015	31-12-2014
Impactos na demonstração dos resultados		
Activos por Imposto Diferidos	(4.193)	(2.268.015)
Reciclagem de Imposto diferido sobre a reserva de cobertura	-	2.257.963
Passivos por impostos diferidos	-	15
	(4.193)	(10.037)
Impactos no capital próprio		
Activos por Impostos Diferidos	-	(432.871)
Passivos por Impostos Diferidos	-	-
	-	(432.871)
Impacto Líquido dos impostos diferidos	(4.193)	(442.909)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se seguem:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões	Derivados	Total
A 1 de Janeiro de 2014	74.956	1.825.091	1.900.048
Constituição/reversão por capital	-	432.871	432.871
Reversão por resultados	(4.283)	(2.257.963)	(2.262.245)
Alteração da taxa de imposto	(5.769)	-	(5.769)
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	(10.052)	(1.825.091)	(1.835.143)
A 31 de Dezembro de 2014	64.904	-	64.904
	Provisões	Derivados	Total
A 1 de Janeiro de 2015	64.904	-	64.904
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Reversão por resultados	(4.200)	0	(4.200)
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	(4.200)	0	(4.200)
A 31 de Dezembro de 2015	60.704	0	60.704

O imposto diferido activo diz respeito na sua totalidade à provisão da monitorização do aterro de Trajouce e das lixeiras que existem nos Municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO. (ver nota 18).

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior		Reavaliação normativo anterior
A 1 de Janeiro de 2014	(94)	A 1 de Janeiro de 2015	(79)
Alteração de taxa de imposto	7	Alteração de taxa de imposto	-
Reversão por resultados	8	Reversão por resultados	7
Movimentos do período	15	Movimentos do período	7
A 31 de Dezembro de 2014	(79)	A 31 de Dezembro de 2015	(72)

As reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior resultam da actualização do valor dos activos efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada.

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Matérias primas, subs. e de consumo		
Gasóleo	25.302	36.954
Arame	37.124	29.726
EPI's e Fardamentos	38.718	42.858
Outros consumíveis	550.586	239.008
Produtos acabados	85.435	205.271
Imparidade de inventários	(27.686)	(22.723)
Total inventários	709.479	531.093

A variação dos inventários ficou a dever-se ao facto de em 2015 se considerar nesta rubrica as peças sobressalentes de manutenção, contrabalançado com a redução do valor em *stock* no fim do ano dos produtos acabados.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2015, como gasto e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” (ver nota 23) diz respeito ao arame e gasóleo e totalizou 909.175 euros (em 2014: 1.058.502 euros).

Quanto aos EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

Imparidade de Inventários

	2015	2014
A 1 de Janeiro	22.723	27.869
Reforço	4.962	-
Utilizações	-	-
Reversão	-	(5.146)
A 31 de Dezembro	27.686	22.723

11 Clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo i)	2.086.381	-	2.086.381	2.383.223	-	2.383.223
Clientes - outros ii)	1.531.492	-	1.531.492	1.119.879	-	1.119.879
Clientes de cobrança duvidosa	91.553	-	91.553	36.139	-	36.139
	3.709.427	-	3.709.427	3.539.241	-	3.539.241
Imparidade de clientes	(91.553)	-	(91.553)	(36.139)	-	(36.139)
Total Clientes	3.617.873	-	3.617.873	3.503.102	-	3.503.102

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos a receber dos municípios por conta dos serviços de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato programa.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de energia eléctrica injectada na rede, produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2015	2014
A 1 de Janeiro	36.139	36.139
Aumentos	55.414	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	91.553	36.139

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos de impostos a liquidar / a recuperar referem-se a:

	31-12-2015		31-12-2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	40.327	119.571	205.851	35.202
Impostos s/ rendimento - IRS	-	48.880	-	52.532
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	118.538	-	192.054	-
Contribuições p/ segurança social/C.G.A	-	101.365	-	103.295
Descontos ADSE	-	93	-	53
Fundos de compensação do trabalho	-	51	-	-
	158.865	269.960	397.905	191.082
Saldo corrente	158.865	269.960	397.905	191.082
Saldo não corrente	-	-	-	-
	158.865	269.960	397.905	191.082

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31-12-2015	31-12-2014
Pagamentos por conta	40.318	205.842
Retenções na fonte	9	9
Imposto a Recuperar- Ajustam.Transição SNC	-	-
Estimativa de IRC	(119.571)	(35.202)
Total	79.244	170.648

O saldo devedor de IRC, no montante de 40.318 euros, corresponde aos pagamentos especiais por conta efectuados

que ainda são susceptíveis de dedução à colecta em exercícios futuros.

O saldo devedor de IVA, 118.538 euros refere-se ao saldo a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2015

13 Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros devedores	12.327	-	12.327	41.329	-	41.329
Imparidade Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	12.327	-	12.327	41.329	-	41.329
Pessoal	768	-	768	1.413	-	1.413
Devedores por acréscimo rendimento						
Facturação a emitir i)	276.429	-	276.429	426.811	-	426.811
Juros a receber	2.794	-	2.794	-	-	-
Outros	-	-	-	107.013	-	107.013
Outras contas a receber	292.317	-	292.317	576.566	-	576.566

i) Este saldo refere-se, essencialmente, a:

- Energia a facturar à EDP no valor de 214.110 euros;
- Energia consumida na ETARI a facturar ao empreiteiro (Socamex) no valor de 60.453 euros;

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31-12-2015	31-12-2014
Seguros	77.849	310.571
Outros serviços	84.192	18.410
Gastos a reconhecer	162.041	328.980

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

15 Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
Capital Social	1.402.000	7.010.000

16 Reservas

A rubrica de Capital Próprio, Reservas Legais, não registou movimentos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	Reserva Legal
01 de Janeiro de 2014	30.000
Reforço	-
Regularização por resultados	-
Utilização	-
31 de Dezembro de 2014	30.000
Reforço	-
Regularização por resultados	-
Utilização	-
31 de Dezembro de 2015	30.000

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

17 Outras variações de capital

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”. A 31 de Dezembro de 2015, o valor líquido do subsídio ascende a 12.762.918 euros, já deduzido do efeito fiscal futuro no valor de 3.705.363 euros.

	Subsídios	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de Janeiro de 2014	17.630.819	(4.319.551)	13.311.269
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	(587.694)	-	(587.694)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	-	143.985	143.985
Alteração da taxa de imposto	-	340.862	340.862
31 de Dezembro de 2014	17.043.125	(3.834.704)	13.208.422
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	(574.845)	-	(574.845)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	-	129.340	129.340
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de Dezembro de 2015	16.468.281	(3.705.363)	12.762.917

Em 2012, iniciou-se a amortização do subsídio como reflexo da entrada em funcionamento da CDA no final desse ano. Em 2015, o subsídio foi amortizado pelo período de 12 meses considerando-se o prazo da concessão até 2043. O ajustamento aos subsídios por conta do efeito fiscal futuro evidenciado acima, encontra-se registado por contrapartida de uma rubrica do passivo, "Ajustamentos em subsídios".

18 Provisões

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2015 e 2014, é como segue:

	Processos judiciais	Provisões ambientais	Provisão monitorização	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2014	7.500	2.021.385	305.944	-	2.334.829
Dotação	-	3.000	11.692	1.500	16.192
Utilização	-	(209.251)	-	-	(209.251)
Redução	(3.000)	-	(29.173)	-	(32.173)
A 31 de Dezembro de 2014	4.500	1.815.134	288.464	1.500	2.109.598
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	4.500	1.815.134	288.464	1.500	2.109.598
	4.500	1.815.134	288.464	1.500	2.109.598
	Processos judiciais	Provisões ambientais	Provisão monitorização	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2015	4.500	1.815.134	288.464	1.500	2.109.598
Dotação	11.624	3.000	-	900	15.524
Utilização	-	(10.037)	-	-	(10.037)
Redução	-	-	(18.668)	-	(18.668)
A 31 de Dezembro de 2015	16.123	1.808.097	269.796	2.400	2.096.417
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	16.123	1.808.097	269.796	2.400	2.096.417
	16.123	1.808.097	269.796	2.400	2.096.417

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

- i) Processos judiciais: referente à melhor estimativa dos dispêndios a realizar no âmbito de: a) processos de contra-ordenação ambiental (5.304 euros) que se encontram em tramitação, ao abrigo da Lei-quadro das contra-ordenações ambientais - LQCOA (aprovada através da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto) em que a TRATOLIXO é ré, e b) A EGSRA veio reclamar judicialmente um crédito de € 10.819,76 sobre TRATOLIXO.
- ii) Provisão ambiental: esta rubrica refere-se à provisão constituída para recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada. A estimada inicial, tem sido utilizada conforme as áreas já reabilitadas, e reduzida em função da melhor estimativa dos gastos necessários à reabilitação ambiental.
- iii) Provisão monitorização: refere-se à responsabilidade atribuída à TRATOLIXO para a monitorização do aterro de Trajouce encerrado em 2004, e das lixeiras que existem nos Municípios integrados no sistema multimunicipal concessionado à TRATOLIXO;
- iv) Outras provisões: Provisão de processos de contra-ordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR).

A variação registada nas provisões em 2014 resulta, essencialmente, de:

- i) Dotação e reversão dos montantes que, de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, já não deverão ser necessários;
- ii) Utilização em 2014 pela execução de parte do plano de reabilitação; e
- iii) Dotação pelo efeito desconto financeiro de 11.692 euros, registado em gastos financeiros.
- iv) Dotação face à possível responsabilidade, que de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, poderá vir a ser necessária para pagamento ao IMT.

A variação registada nas provisões em 2015 decorre, essencialmente, de:

- i) Dotação dos montantes que, de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, já não deverão ser necessários;
- ii) Utilização em 2015 pela execução de parte do plano de reabilitação; e
- iii) Dotação pelo efeito desconto financeiro de 10.939 euros, registado em gastos financeiros.
- iv) Dotação face à possível responsabilidade, que de acordo com os advogados consultados pela TRATOLIXO, poderá vir a ser necessária para pagamento à ANSR.

19 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	148.459.124	148.459.124	-	145.021.101	145.021.101
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	-	148.459.124	148.459.124	-	145.021.101	145.021.101
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros a pagar - especialização	-	91.260	91.260	-	1.529.772	1.529.772
Custos incrementais	-	(484.386)	(484.386)	-	-	-
	-	148.065.999	148.065.999	-	146.550.873	146.550.873

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do Sistema Multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Decorrente das negociações encetadas em anos anteriores com as entidades bancárias, em 29/6/2015 firmaram-se os novos Contratos Financeiros que contemplam condições bastante mais favoráveis para a TRATOLIXO. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação, mediante o qual se procede à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento que tem como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros.

De acordo com os termos acordados tornou-se possível converter toda a dívida à banca como dívida de médio e longo prazo, apresentando os financiamentos não correntes a seguinte maturidade:

	31-12-2015	31-12-2014
Até 1 ano	-	-
Entre 1 e 5 anos	13.068.276	13.200.000
Mais de 5 anos	135.482.109	133.350.873
	148.550.385	146.550.873

No que diz respeito aos juros a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2015 o total de 91.260 euros.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado das obrigações emergentes do Contrato de Financiamento a TRATOLIXO, e a AMTRES, concordaram em manter em vigor as garantias existentes, bem como constituir e prometer constituir novas garantias para assegurar o cumprimento das obrigações emergentes para a mutuária da nova linha de financiamento concedida pelos Bancos.

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Locações financeiras

A Empresa não teve contratos de locação financeira durante o exercício de 2015.

20 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores - Grupo	0	0
Fornecedores - Terceiros	5.783.621	8.577.392
Total saldo fornecedores - correntes	5.783.621	8.577.392
Total saldo fornecedores - não correntes	1.500.000	756.117
Total Geral	7.283.621	9.333.509

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Resitejo	2.759.438	2.807.208
Valorsul, S.A.	1.545.899	2.022.263
Amarsul, SA	314.518	1.778.901
CITRI-C.Int.Trat.Res.Ind.,S.A	139.189	526.370
Manuel António Sobral da Costa	0	473.933
Ribtejo, S.A.	588.094	303.869
Carmona, S.A.	0	257.420
Mira Papel, LDA	193.357	177.478
EDP Comercial, S.A.	0	151.540
Repsol Portuguesa,SA	75.351	97.468
Lena Ambiente e Energia	0	52.548
Valnor, S.A.	0	50.256
Iberdrola Clientes,S.A.U.	88.125	11.976
Cimertex,S.A.	68.718	32.180
SGR,S.A.	103.834	0
Socamex	535.873	0
Strong	54.209	21.107
Outros (saldos < 50.000 euros)	817.015	568.991
	7.283.621	9.333.509

A redução que se verifica no saldo a pagar a fornecedores, denota o esforço da TRATOLIXO em regularizar a dívida atrasada.

Dos acordos de pagamento estabelecidos com fornecedores o balanço evidencia o montante de 1.500.000 euros (2014: 756.117 euros), como saldo não corrente e, como saldo corrente, o montante de 5.783.621 euros (2014: 8.577.392 euros).

Dá-se nota que o crescimento do saldo não corrente em 2015 deve-se a um novo acordo de pagamento estabelecido em Março de 2015 com o fornecedor Resitejo, sendo que o montante de 1.500.000 euros refere-se às prestações a pagar em 2017.

Os saldos de fornecedores referem-se maioritariamente a entidades onde a TRATOLIXO depõe resíduos, transportadores e prestadores de serviços de triagem.

21 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

		31-12-2015			31-12-2014		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	i)	2.294.969	-	2.294.969	3.715.865	2.410.337	6.126.202
Outros credores							
Credores diversos	ii)	574.034	-	574.034	1.935.128	-	1.935.128
Acréscimos de custos							
Férias e sub. férias		660.165	-	660.165	687.509	-	687.509
Outros	iii)	468.779	-	468.779	1.044.542	-	1.044.542
Outras contas a pagar		3.997.946	-	3.997.946	7.383.044	2.410.337	9.793.380

i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos resultantes da aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão. Tendo em conta o acordo de pagamento firmado com o consórcio Mota Engil; Zagope; Urbaser, do montante de 2.294.969 euros, 2.043.000 euros referem-se às prestações de 2016 cujo acordo termina em Setembro de 2016. Por este motivo, em 2015, não é relevada qualquer dívida como não corrente.

Relacionado com o projecto de construção do Aterro da Abrunheira, existe um adiantamento efectuado ao empreiteiro, classificado no balanço em “Adiantamentos a fornecedores” cuja regularização depende da recepção das facturas relativas aos trabalhos que estão a ser executados. O saldo de adiantamentos em 31 de Dezembro de 2015 ascende a 428.117 euros.

ii) Credores diversos - este saldo refere-se maioritariamente a valores retidos no âmbito da empreitada de construção da CDA.

iii) Acréscimos de custos outros: este saldo refere-se, essencialmente, a serviços diversos prestados em Dezembro cujas facturas têm data do exercício seguinte (199.582 euros) e, à especialização dos juros de mora a pagar ao IFDR (174.227 euros).

22 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2015 e 2014 na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

		2015	2014
Vendas de Produtos			
Composto		8.400	13.043
Recicláveis	i)	5.693.247	5.257.114
Electricidade	ii)	2.701.385	2.424.424
Sub-total		8.403.031	7.694.581
Prestação de Serviços			
Tratamento de resíduos	iii)	23.263.493	22.793.558
Serviços de Sensibilização		15.000	-
Serviços de construção	iv)	775.409	2.549.642
Sub-total		24.053.902	25.343.199
Vendas e prestações de serviços		32.456.933	33.037.780

As variações registadas no rédito em 2015, relativamente ao ano anterior, ficaram a dever-se, sobretudo:

i) À venda de maiores quantidades de ECAL e outros materiais valorizáveis com preços médios superiores aos praticados em 2014

ii) Ao acréscimo da energia eléctrica injectada na rede

iii) Ao acréscimo das toneladas recepcionadas em 2015. Dá-se nota que a tarifa praticada em 2014 não sofreu variação face ao ano anterior (58,58€/ton)

iv) À redução da construção das infra-estruturas da concessão a cargo da TRATOLIXO

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do Contrato-Programa:

Descrição	Rédito 2015	Rédito 2014
Aterro Abrunheira	360.742	34.673
ETARI Abrunheira	229.393	2.196.356
Outros (< 200.000 €)	185.275	318.613
	775.409	2.549.642

23 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

Matérias primas, subs. e de consumo		
	2015	2014
Inventários iniciais	66.680	55.667
Compras	904.921	1.069.515
Regularização de existências	-	-
Inventários finais	62.425	66.680
Custos no exercício	909.175	1.058.502

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- i) Aos gastos com gásóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- ii) Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

24 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2015	2014
Subcontratos	i)	10.015.681	10.443.938
Transporte e deposição RSU		7.022.597	5.892.637
Serviços de construção		775.409	2.549.642
Outros		2.217.675	2.001.659
Trabalhos especializados	ii)	3.117.130	4.248.879
Conservação e reparação		1.488.370	1.353.499
Electricidade		863.715	765.250
Vigilância e Segurança		337.458	360.403
Rendas		503.854	342.229
Seguros		184.742	206.796
Água		111.027	143.168
Outros fluidos		108.095	89.469
Outros (< 100.000 euros)		442.316	500.672
Fornecimentos e serviços externos		17.172.386	18.454.303

i) Subcontratos: Deste saldo a) 775 mil euros referem-se às empreitadas contratadas com empresas construtoras no âmbito dos contratos de construção (2014: 2.550 mil euros). A redução que se verifica relativamente a 2014 prende-se com a desaceleração da construção das infra-estruturas da concessão a cargo da TRATOLIXO; b) 7.023 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2014: 5.893 mil euros). O crescimento que se verifica nesta rubrica tem, essencialmente, a ver com a internalização do serviço de tratamento dos resíduos de jardins e parques e resíduos de limpeza e c) 1.608 mil euros referentes ao tratamento (triagem) de embalagens (2013: 1.622 mil euros).
 ii) Trabalhos especializados: O desvio, relativo a 2014, foi absorvido pelo desvio em sentido contrário que se verifica na rubrica – transporte e deposição, em resultado da internalização do serviço de tratamento dos resíduos de jardins e parques e resíduos de limpeza, conforme já referido

25 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2015 e 2014, foram como segue:

	2015	2014
Remunerações		
Orgãos sociais	95.626	100.156
Pessoal	4.024.999	4.298.069
Sub-total	4.120.625	4.398.225
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	895.703	947.493
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	62.476	51.344
Gastos de acção social	5.708	15.489
Fardamentos e EPI's	177.995	195.191
Outros	226.576	194.527
Sub-total	1.368.457	1.404.045
Gastos com pessoal	5.489.082	5.802.270

O número médio de empregados em 2015 foi de 235 (em 2014: 250)

26 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

Outros rendimentos		
	2015	2014
Juros de mora debitados a clientes	-	128.232
Ganho em inventários	6.530	27.715
Imputação do subsídio (ver nota 17)	574.845	587.694
Rendimentos suplementares	14.305	12.065
Outros	247.342	2.900
	843.022	758.607

Do montante de 247 mil euros registado na rubrica Outros, 160 mil referem-se à anulação de juros de mora que por prudência haviam sido registados por acréscimos de gastos em anos anteriores.

27 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

Detalhe de outros gastos		
	2015	2014
Quotizações	5.852	12.346
Impostos	55.214	50.710
Donativos	17.234	48.368
Outros i)	457.738	4.604.572
	536.038	4.715.996

i) A variação que se verifica nesta rubrica, ficou a dever-se, essencialmente, ao facto de em 2014, devido à operação de reestruturação do passivo financeiro, se ter tornado necessário anular, por intermédio de gastos operacionais 4,3 milhões de euros de encargos financeiros que haviam sido capitalizados em exercícios anteriores como parte do valor contabilístico do activo intangível em fase de construção, situação que não teve correspondência em 2015.

28 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

		2015	2014
Juros e gastos similares			
Juros suportados	i)	2.393.789	5.988.768
Justo valor <i>Swap</i>		-	1.081.053
Outros gastos e perdas de financiamento		89.322	9.548.505
		2.483.110	16.618.326
Juros e rendimentos similares			
Juros obtidos		607	260
Outros rendimentos similares	ii)	569.295	16.209.839
		569.901	16.210.100

As variações que se verificam em relação a 2014 tornam-se difíceis de comparar pelo facto de 2014 ter sido um ano atípico motivado pelas negociações em curso com a banca. De facto, apesar de, em termos formais, a operação de reestruturação do passivo financeiro da TRATOLIXO, ter ficado concluída em 29/6/2015, com a subscrição de todos os contratos, o ano de 2014, em termos contabilísticos havia já, em substância, reflectido toda a negociação.

i) Os juros suportados referem-se, essencialmente, a) aos gastos incorridos com os juros do financiamento renego- ciado nos termos do Contrato de Financiamento (ver nota 17) e b) aos juros de mora pela dilatação dos prazos de pagamento aos fornecedores.

ii) Na rubrica outros rendimentos registaram-se 569 mil euros que se referem à anulação de juros não devidos no âmbito da negociação e, ainda, ao perdão de comissões do banco agente.

29 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2015	2014
Imposto s/rendimento corrente	(355.147)	(228.858)
Imposto s/rendimento diferido	(4.193)	(10.037)
Imposto sobre o rendimento	(359.340)	(238.895)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2015	2014
Resultado antes de Imposto	3.677.194	249.991
Taxa de Imposto	22,25%	24,5%
	818.176	61.248
Gastos não dedutíveis	17.287	18.146
Rendimentos não tributáveis	(5.458)	(9.877)
Prejuízos fiscais	(410.055)	-
Dif. temporárias dedutíveis s/ imposto diferido	(4.193)	126.190
Alteração de taxa imposto	-	5.762
Derrama estadual	66.911	-
Crédito imposto I&D	(140.921)	-
Tributação autónoma	9.208	37.426
	359.340	238.895
Imposto s/ rendimento corrente	355.147	228.858
Imposto s/ rendimento diferido	4.193	10.037
Imposto s/ rendimento	359.340	238.895
Taxa efectiva de imposto	9,8%	95,6%

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2015	2014
Taxa de imposto	21,00%	23,00%
Derrama	1,25%	1,50%
Derrama estadual	3,00%	
	25,25%	24,50%

30 Compromissos

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

Compromissos com investimentos

O investimento ainda não ocorrido e contratualizado, à data do Balanço, refere-se à Empreitada de Conclusão do aterro sanitário da Abrunheira no valor de 3.070.337 euros.

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2014:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	15.182	33.509	-
Equipamento informático	45.679	31.935	-
Equipamento industrial	114.192	153.797	-
	175.053	219.241	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2015:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	33.497	79.054	-
Equipamento informático	39.530	-	-
Equipamento industrial	181.942	107.786	-
	254.969	186.840	-



31 Contingências

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Activos e Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2015, a Tratolixo não tinha processos judiciais em curso que qualifiquem para divulgação

Beneficiário	Objecto	Início	2015	2014
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste., S.A	Garantir o pagamento da recepção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25-08-2003	412.500	412.500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota	09-01-2003	6.700	6.700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02-06-2009	2.000	2.000
			421.200	421.200

como passivos contingentes.

32 Informações sobre matérias ambientais

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final.

Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2015:

■ A submissão do Plano de Acção do Sistema Intermunicipal da TRATOLIXO (PAPERSU), em cumprimento ao disposto no artigo 16º do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho (RGGR), que tem como referência a concretização das directrizes constantes no PERSU 2020 e que será o seu plano basilar na gestão dos Resíduos Urbanos para o período 2014-2020, contemplando as medidas a adoptar, identificando-se as mudanças de cariz tecnológico e de gestão que irão ser implementadas, bem como todos os equipamentos e infra-estruturas associados às estratégias a implementar na gestão dos resíduos;

■ A comunicação, em reforço ao exposto no âmbito da consulta pública do PERSU 2020, da discordância face às metas definidas para o Sistema AMTRES e a apresentação da trajectória evolutiva prevista para as metas intercalares em cumprimento das metas definidas no PERSU 2020;

■ A apresentação de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), relativo ao Aviso de Concurso “Reciclagem Multimaterial e Valorização Orgânica de Resíduos Urbanos”, para a empreitada da Central de Triagem de Trajouce;

■ A manifestação da sua preocupação relativamente ao facto de não se encontrar definido prazo para a publicação das novas especificações técnicas por poder comprometer o adequado dimensionamento das infra-estruturas submetidas a candidatura ao POSEUR, comunicada no âmbito da sua pronúncia em sede de audiência de interessados sobre as novas licenças das entidades gestoras do SIGRE (submetidas por intermédio do Despacho SEA n.º 97/2015) e posteriormente reforçada;

■ O pedido de clarificação sobre os sujeitos passivos da TGR, interposto na sequência da publicação da Portaria n.º 278/2015 de 11 de Setembro que veio regulamentar a taxa de gestão de resíduos (TGR);

■ A pronúncia, em sede de discussão pública, sobre a proposta de Revisão do PDM de Cascais;

■ O pedido de clarificação sobre as normas instituídas pelo Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de Junho para a colocação no mercado de matérias fertilizantes, bem como o alerta lançado no formato de *paper* relativo às exigências impostas poderem constituir um constrangimento importante à execução da política definida no PERSU e estabelecida a nível comunitário se não se desenvolverem medidas que assegurem o escoamento do composto no mercado.

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactos da sua actividade, sendo exemplos disso quer a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia, que tem-se vindo a tornar expressivo e a superar as perspectivas iniciais, e a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira.

Acresce ainda que a TRATOLIXO efectua, em todas as suas instalações, a monitorização e acompanhamento ambiental quer das actividades desenvolvidas quer o acompanhamento da fase de pós-encerramento das infra-estruturas seladas cuja monitorização esteja a seu cargo, como sejam o aterro sanitário de Trajouce e as 4 lixeiras municipais existentes no território dos Municípios que integram a AMTRES.

No caso do aterro de Trajouce, e de modo a garantir a execução financeira das responsabilidades que lhe estão acoimetidas conforme definido no Decreto-Lei n.º 183/2009 de 10 de agosto, relativo aos aterros, a empresa dispõe de uma provisão estimada com base nos custos a suportar durante o período da responsabilidade.

Adicionalmente às acções de monitorização e acompanhamento ambiental das suas actividades, a TRATOLIXO continua a assegurar a execução, com acompanhamento das entidades oficiais (APA, CCDR-LVT e GEOTA), do Plano de Recuperação Ambiental do Ecoparque de Trajouce (PRAET) tendo, para este efeito, constituída uma provisão que actualmente é de 1.800 milhares euros para assegurar o cumprimento desta responsabilidade.

33 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

33.1. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 95.626 euros (2014: 100.156 euros)

	2015	2014
Remunerações e outros benefícios curto-prazo (nota 26)	95.626	100.156
	95.626	100.156

33.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com a Accionista:

Concelho de Cascais
Concelho de Mafra
Concelho de Oeiras
Concelho de Sintra



(b) Transacções e saldos pendentes

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Transacções

	2015	2014
Serviços prestados		
AMTRES	(281.182)	(680.889)
Câmara Municipal de Cascais	8.072.000	7.639.614
Câmara Municipal de Mafra	1.367.679	1.350.346
Câmara Municipal de Oeiras	4.546.247	4.427.386
Câmara Municipal de Sintra	9.801.531	9.829.789
	23.506.274	22.566.245

	2015	2014
Compras de serviços		
Câmara Municipal de Mafra	-	(337)
	-	(337)

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2015, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Saldos devedores

	31-12-2015	31-12-2014
AMTRES	47.742	1.807
Câmara Municipal de Cascais	537.017	837.342
Câmara Municipal de Mafra	212.217	538.886
Câmara Municipal de Oeiras	790.524	405.632
Câmara Municipal de Sintra	498.881	599.556
Clientes (Nota 11)	2.086.381	2.383.223
AMTRES	(37.000)	107.013
Acréscimos Rendimentos	(37.000)	107.013

Saldos credores

AMTRES	130.919	-
Fornecedores (Nota 20)	130.919	-

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2015, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Fluxos de Caixa		
Recebimentos	31-12-2015	31-12-2014
AMTRES	38.666	1.114.101
Câmara Municipal de Cascais	8.817.694	13.619.719
Câmara Municipal de Mafra	1.775.841	1.485.015
Câmara Municipal de Oeiras	4.434.086	4.647.681
Câmara Municipal de Sintra	10.345.598	11.409.469
	25.411.884	32.275.985



34 Disposições legais

Principais diplomas legais no âmbito da atividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2015 ou que entraram em vigor a partir deste ano:

Legislação aplicável em 2015

- **Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho** - O presente decreto-lei estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de facturação detalhada previsto na Lei n.º 12/2014, de 6 de Março, que procedeu à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, relativamente aos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Este DL entrou em vigor a 1 de Março de 2015.
- **Decreto-Lei n.º 32/2015, de 4 de Março** - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 211/99, de 14 de Junho, que estabelece as regras a que devem obedecer o projecto, o fabrico e a avaliação da conformidade, a comercialização e a colocação em serviço dos equipamentos sob pressão, transpondo o artigo 13.º da Directiva n.º 2014/68/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014.
- **Portaria n.º 68/2015, de 9 de Março** - Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e ou ampliação, de estabelecimentos e explorações de actividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos, de revelação e aproveitamento de massas minerais, de aproveitamento de depósitos minerais e instalações de resíduos da indústria extractiva
- **Portaria n.º 71/2015, de 10 de Março** - Aprova o modelo de ficha de aptidão para o trabalho e revoga a Portaria n.º 299/2007, de 16 de Março.
- **Despacho n.º 3350/2015, de 1 de Abril** - Define as metas intercalares por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos relativamente à deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro, preparação para reutilização e reciclagem e retomas com origem em recolha selectiva, para o período 2016-2020.
- **Decreto-Lei n.º 48/2015, de 10 de Abril** - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, no sentido da introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na actualização das captações e das objectivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.
- **Lei n.º 28/2015, de 14 de Abril** - Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à oitava alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

• **Portaria n.º 115/2015, de 24 de Abril** - Primeira alteração à Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de Novembro que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regula as actividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ).

• **Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de Abril** - Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Directiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2012, relativa à eficiência energética.

• **Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de Maio** - Aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental.

• **Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de Junho** - Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro de 2003, relativo aos adubos.

• **Portaria n.º 178/2015, de 15 de Junho** - Primeira alteração à Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de Dezembro, que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.

• **Declaração de Rectificação n.º 30/2015, de 18 de Junho** - Rectifica o Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de Maio, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental, publicado no Diário da República n.º 90, 1.ª série, de 11 de Maio de 2015.

• **Despacho n.º 7110/2015, de 29 de Junho** - Metodologia para a elaboração dos requisitos de qualificação de operadores de gestão de resíduos, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE).

• **Despacho n.º 7111/2015, de 29 de Junho** - Metas de retoma dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.

• **Despacho n.º 7112/2015, de 29 de Junho** - Metodologia para definição das especificações técnicas a aplicar, no quadro do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), aos resíduos de embalagens, domésticos e semelhantes, cuja produção diária por produtor não exceda os 1100 litros.

• **Despacho n.º 8376-C/2015, de 30 de Julho** - Determina os valores das contrapartidas financeiras decorrentes das operações de recolha e triagem efectuadas pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU).

• **Lei n.º 77/2015, de 29 de Julho** - Estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respectivo pessoal dirigente.

• **Despacho n.º 9594/2015, de 24 de Agosto** - Aprova os critérios a cumprir pelas entidades para reconhecimento da competência técnica para realizar ensaios de eficácia previstos no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho de 2015.

• **Lei n.º 120/2015, de 1 de Setembro** - Procede à nona alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, reforçando os direitos de maternidade e paternidade, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril.

• **Lei n.º 132/2015, de 04 de Setembro** - Terceira alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

• **Portaria n.º 278/2015, de 11 de Setembro** - Regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afectar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação, pagamento e repercussão.

• **Portaria n.º 289/2015, de 17 de Setembro** - Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma e revoga a Portaria n.º 1408/2006, de 18 de Dezembro.

• **Decreto-Lei n.º 205/2015, de 23 de Setembro** - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de Março, que estabelece o regime jurídico aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transacção comercial relativa a um bem ou serviço, clarificando a transposição da Directiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio de 2005.

• **Decreto-Lei n.º 224/2015 de 9 de Outubro** - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.

• **Portaria n.º 399/2015, de 5 de Novembro** - Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para actividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoeléctricas, excepto centrais solares.

36 Eventos subsequentes

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras (ver Nota 1), quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2016, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da Tratolixo e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objeto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 15 de Março de 2016

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Ana Filipa Lanternas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Ana Isabel Neves Duarte



António Ricardo Henriques da Costa Barros



A photograph of an industrial facility. In the background is a large wall made of blue corrugated metal. In the foreground, there is a complex structure of green-painted metal beams and supports. A long, inclined metal walkway or platform with yellow safety railings extends from the lower left towards the upper right. To the left of this structure, a large, curved, rusted metal pipe protrudes from the blue wall. The scene is brightly lit, casting sharp shadows. The overall impression is one of a well-maintained but industrial environment.

8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 183.844.368 Euros e um total de Capital Próprio de 18.401.970 Euros, incluindo um Resultado Líquido positivo de 3.317.854 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu Capital Próprio e os seus Fluxos de Caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.L.M.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

8.1 – Na Certificação Legal de Contas do ano anterior constava uma Reserva acerca da assinatura, por parte dos Bancos, do contrato de financiamento renegociado em 7 de Novembro de 2014, situação que se encontra resolvida, não sendo, portanto, aplicável no presente exercício.

8.2 – Encontram-se excedidos os prazos de assinatura do Contrato de Gestão Delegada e a constituição da hipoteca dos terrenos visados no Contrato de Confirmação e Prestação de Garantias.

No entanto, o Banco BPI, na sua qualidade de Banco Agente, enviou à Tratolixo uma carta, com data de 17-03-2016, concedendo um prazo adicional, até 17-05-2016, para ser efectivada a constituição das garantias previstas.

8.3 – A Tratolixo continua a apresentar o valor de 47.595.000 Euros, como parte da rubrica de Activos Intangíveis em Curso, referente aos denominados “Custos de não Instalação”, que deverão ser absorvidos, progressivamente, com a entrada em funcionamento das novas instalações.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de março de 2016



Helder da Palma Veiga, R.O.C.

Inscrito na O.R.O.C. sob o N° 480

Inscrito na C.M.V.M. sob o N° 20160161

em representação de

KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Inscrita na O.R.O.C. sob o N° 104

Inscrita na C.M.V.M. sob o N° 20161426

A low-angle, close-up photograph of an excavator's hydraulic arm and bucket. The arm is dark green and shows signs of wear and rust. The bucket is metallic and is positioned at the bottom of the frame, partially filled with dirt and debris. The background is a clear, bright blue sky. A semi-transparent dark blue horizontal band is overlaid across the middle of the image, containing the section header text in white.

9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Exmos. Accionistas e Conselho de Administração da
TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M.

Em cumprimento do disposto no artº 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e nos Estatutos da TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., vem o Fiscal Único submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório da sua acção fiscalizadora, bem como o Parecer sobre o Relatório da Gestão e as Contas apresentados pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

No decurso do exercício e no âmbito das funções cometidas:

- a) Acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, tendo realizado diversas reuniões com o Conselho de Administração, que nos prestou todos os esclarecimentos tidos como necessários, para boa compreensão da actividade empresarial;
- b) Procedemos à análise da documentação contabilística produzida ao longo do ano, efectuando os procedimentos e verificações julgadas convenientes;
- c) Comprovamos a adequação dos critérios valorimétricos adoptados;
- d) Apreciámos as sínteses contabilísticas finais que se traduziram no Balanço, na Demonstração dos resultados por naturezas, na Demonstração dos fluxos de caixa e nos Anexos a estes mesmos documentos;
- e) Após o encerramento das contas apreciamos o Relatório da Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que traduz a actividade, a evolução dos negócios e a situação presente da Sociedade e perspectiva a sua evolução futura;
- f) Verificamos a observância da Lei e do contrato da Sociedade;
- g) Emitimos a Certificação Legal das Contas com ênfases, e elaborámos o relatório anual nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 52º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, e por força do estatuído no nº 2 do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

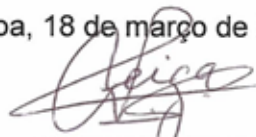


PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Em resultado da informação recebida, das verificações efectuadas e tendo em consideração os documentos elaborados somos de PARECER que:

- 1) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas;
- 2) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão, tendo em consideração o sentido de voto que for considerado em face do parágrafo anterior;
- 3) Procedais à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela se tirem as conclusões referidas no artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 18 de março de 2016



Helder da Palma Veiga, R.O.C.
Inscrito na O.R.O.C. sob o Nº 480
Inscrito na C.M.V.M. sob o Nº 20160161
em representação de
KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.
Inscrita na O.R.O.C. sob o Nº 104
Inscrita na C.M.V.M. sob o Nº 20161426

FICHA TÉCNICA

Design e paginação

Cláudia Quadros

GIC-Gabinete de Informação e Comunicação

Créditos Fotográficos

Arquivo TRATOLIXO



CASCAIS MAFRA OEIRAS SINTRA

4 Municípios 31 Freguesias 844.468 Habitantes 396.043t RU/Ano



CASCAIS





TRATOLIXO-Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Estrada 5 de Junho, nº1

Trajouce . 2785-155 São Domingos de Rana

Tel. 21 445 95 00 . Fax 21 444 40 30

www.tratolixo.pt



Central de Digestão Anaeróbia